



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE MUSEOLOGIA

DIOGO HENRIQUE CRUZ SOUZA

**A COLEÇÃO ARQUEOLÓGICA DO PADRE ROHR: sobre a relação museu,
coleção e descontextualização.**

Brasília, DF
2021

DIOGO HENRIQUE CRUZ SOUZA

**A COLEÇÃO ARQUEOLÓGICA DO PADRE ROHR: sobre a relação museu,
coleção e descontextualização.**

Monografia apresentada como requisito básico
para obtenção do título de bacharel em Museologia
pela Faculdade de Ciência da Informação da
Universidade de Brasília.

Orientadora: Doutora Andréa Fernandes Considera

Brasília, DF
2021

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SS729c Souza, Diogo Henrique Cruz
A COLEÇÃO ARQUEOLOGICA DO PADRE ROHR: sobre a relação
museu, coleção e descontextualização. / Diogo Henrique Cruz
Souza; orientador Andréa Fernandes Considera. -- Brasília,
2021.
77 p.

Monografia (Graduação - Museologia) -- Universidade de
Brasília, 2021.

1. Musealização arqueológica. 2. Museus de Arqueologia. 3.
Coleções Arqueológicas. 4. Padre Rohr. 5. Museologia. I.
Considera, Andréa Fernandes , orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

A coleção arqueológica do Padre Rohr: sobre a relação museu, coleção e descontextualização.

Aluno: Diogo Henrique Cruz Souza

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Graduação em Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharelado em Museologia.

Banca Examinadora:

Aprovada por:

Andrea Fernandes Considera - Orientadora

Professora da Universidade de Brasília (UnB)

Doutora em História - UnB

Maragreth de Lourdes Souza

Servidora Pública do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

Doutora em Arqueologia - USP

Ana Lúcia de Abreu Gomes - Membro

Professora da Universidade de Brasília (UnB)

Doutora em História Cultural - UnB

Clóvis Carvalho Britto - Suplente

Professor da Universidade de Brasília (UnB)

Doutor em Museologia - ULHT

Em 24/09/2021.

Dedico este Trabalho às minhas avós, Maria de Jesus e Maria Justina.

AGRADECIMENTOS

A todos e todas que de alguma forma contribuíram para este trabalho. Familiares, amigos e amigas de dentro e de fora da UnB, vocês são muitos e a ideia de esquecer o nome de alguém me impede de mencionar a todos.

Agradeço em especial a minha companheira que me ajudou e me apoiou inúmeras vezes, a todas as professoras e professores da UnB e aos diversos programas de inclusão e de permanência da UnB, sem eles eu não estaria aqui.

A minha avó paterna Maria de Jesus. Analfabeta, de pais analfabetos, mãe de sete filhos que não terminaram o primário, terá mais um neto, de vários, com ensino superior.

A minha avó materna, que em vida sonhava com um neto doutor, Maria Justina. Analfabeta, de pais também analfabetos, mãe de seis filhos onde somente uma das filhas conseguiu acesso ao ensino médio e que terá o primeiro neto, de muitos, com formação superior.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise sobre a questão da musealização de objetos arqueológicos e sua relação com museus no que se refere a representação dos povos tradicionais brasileiros. Aqui é abordado o tema da descontextualização por meio da documentação museológica e como possíveis impactos seriam gerados e fomentados por meio da atuação de instituições museais. De modo a fornecer base pra esse questionamento, a coleção arqueológica do Padre Rohr que foi doada à Academia Nacional de Polícia será abordada, com o intuito de questionar uma gestão da memória que lide não apenas com a materialidade do objeto, mas também como um registro da história vinculado ao território.

Palavras-chave: Musealização arqueológica. Museus de Arqueologia. Coleções Arqueológicas. Padre Rohr. Museologia.

ABSTRACT

This work proposes an analysis on the matter of musealization of archaeological objects and its relationship with museums with regards to the representation of traditional Brazilian peoples. The decontextualization through museological documentation and how potential impacts would be generated and fostered by museographic institutions are discussed in this present work. Aiming at supporting such reflection, the archaeological collection of Father Rohr, which has been donated to the National Police Academy, is discussed, with the purpose of questioning a memory management that deals not only with an object's materialness, but also addresses it as a record of history attached to a territory.

Keywords: Archaeological musealization. Archeology Museums. Archaeological Collections. Father Rohr. Museology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Pe. João Alfredo Rohr	41
Figura 2: Mapa Arqueológico de Santa Catarina	46

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ANP	Academia Nacional de Polícia Federal
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisas
CNSA	Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
DEAC	Diretoria de Esportes e Atividades Comunitárias
Depam	Departamento de Patrimônio Material
HSPB	História Social e Política Brasileira
IAP	Instituto Anchietao de Pesquisas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibram	Instituto Brasileiro de Museus
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MASJ	Museu do Homem do Sambaqui em Joinville
MGeo	Museu de Geociências
MHNCC	Museu de História Natural do Colégio Catarinense
MHS	Museu do Homem do Sambaqui
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
SAB	Sociedade de Arqueologia Brasileira
Unisinos	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – MUSEUS COM ACERVOS ARQUEOLÓGICOS	17
1.1 – O OBJETO ARQUEOLÓGICO MUSEALIZADO	29
1.1.2 – OBJETO MUSEAL	29
1.1.3 – MUSEALIZAÇÃO ARQUEOLÓGICA.....	32
CAPÍTULO 2 – O PADRE E PESQUISADOR JOÃO ALFREDO ROHR E SUA RELAÇÃO ARQUEOLOGIA E MUSEUS.....	37
2.1 – A COLEÇÃO ARQUEOLÓGICA DO PADRE ROHR EM BRASÍLIA: ACADEMIA NACIONAL DA POLÍCIA – IPHAN – UNB.....	47
CAPÍTULO 3 – COLEÇÕES ARQUEOLÓGICAS DESCONTEXTUALIZADAS E SUA RELAÇÃO COM MUSEUS.....	52
CONCLUSÃO.....	65
REFERÊNCIAS.....	70
ANEXOS	75

INTRODUÇÃO

Iniciei minha graduação no curso de museologia na UnB no segundo semestre de 2015, mas esse não foi meu primeiro contato com o curso. Em 2009 me inscrevi para o primeiro vestibular de Museologia, mas devido a um novo emprego não pude realizar; faltei a prova porque acreditava que a oportunidade de retomar meus estudos não fosse ser tão longa, porém, infelizmente foi.

Ingressei no curso de Museologia por meio das vagas remanescentes uma vez que estava estudando e prestei o vestibular para o curso de Arquivologia (o fato de ser um curso noturno influenciou bastante minha escolha e assim poderia continuar trabalhando durante o dia). No meu segundo semestre comecei o processo de mudança de curso. Pesando os prós e contras optei felizmente pelo curso de Museologia. Acredito que o fato de ser colecionador de objetos diversos desde bem novo foi fundamental, sempre me agradou a companhia dos objetos que ocupam minhas estantes e prateleiras assim como as histórias que eles carregam.

A ligação do curso com os objetos me conquistou e as matérias escolhidas durante meu percurso acadêmico refletem isso. Matérias ligadas à área de catalogação e documentação, Informação e Documentação Museológica, Museologia e Preservação e Gestão da Informação, foram as minhas preferidas e das quais eu mais me dediquei e onde aprendi a possibilidade de ser absorvido pela história de cada objeto e seus signos, de saber mais e ir além do que vejo, o percurso das coisas. Algo semelhante ao que foi retratado no filme norte americano *O Violino Vermelho*¹.

No segundo semestre me matriculei em História Social e Política do Brasil que fortaleceu meu sentimento de estar no caminho acadêmico correto. Nos semestres seguintes cursei Introdução à Antropologia, Introdução à Fotografia e Geologia Geral que me mostraram como era agradável transitar por outras áreas acadêmicas e como, mesmo aparentemente dispares umas das outras, elas se interrelacionavam e se complementavam. Das matérias dos semestres seguintes

¹ O filme de 1998 dirigido por François Girard retrata a história de um violino tido como perfeito, que possui como característica física uma marcante cor vermelha. A narrativa intercala entre passado e presente montando o percurso histórico do instrumento de mais de 300 anos com seus diversos donos ao redor do mundo.

vale destacar pelo que agregaram aos meus discursos; História Regional, onde a dedicação do Professor Kelerson me contagiou, Cultura Brasileira, que assim como HSPB me mostrou o pouco que eu sabia e o quanto eu queria conhecer sobre o Brasil, Cultura e Meio Ambiente e as excelentes discussões em sala de aula promovidas pela Professora Graciela Froehlich, Sociedades Indígenas, Museologia Patrimônio e Memória, Informação e Documentação Museológica e Museologia 2 ministrada pela Professora Celina por quem sou muito grato pelo seu método de fichamentos que, apesar de árduo, foi fundamental para minha construção de estudante, me ensinado a ler e escrever textos acadêmicos. Ainda existem outras matérias que gostaria muito de cursar, mas não tive a oportunidade por motivos diversos, pelo menos meia dúzia de matérias do curso de artes como Desenho 1 e as consequentes que a ela requerem o pré-requisito. São tantas que cogito uma segunda graduação para dar continuidade a esse eixo de matérias que mistura os cursos de História, Artes e Antropologia.

Sei que não sou o aluno mais falante em sala e que mal participo das discussões. Mas sei que é assim que eu aprendo, o choque entre as gerações para mim e minhas mais de três décadas de vida é forte e divergente, sinto muito carinho por essa geração politizada e suas opiniões. Ouvir a geração que precede a minha é inspirador. Me recordo que nunca conversei com meus amigos de ensino médio sobre qual faculdade faríamos, o pensamento furtivo era o mesmo: de que todos iríamos trabalhar em vez de estudar. E o que tenho acompanhado dessa geração é ingresso ao ensino superior logo após o médio e a certeza de qual curso ingressar em seguida. Sou grato por aprender muito dentro e fora de sala, porém sinto que ouvir é a melhor maneira de me reconstruir.

No meu segundo semestre comecei a estagiar, consegui apoio financeiro através das bolsas auxílio e alimentação fornecidas pela UnB, o que foi fundamental para minha continuidade na Universidade, pois sem essas bolsas eu teria desistido dos estudos em prol de trabalho. Sou muito grato à Universidade de Brasília por ter me oferecido essa oportunidade e acredito vigorosamente que não sou o único aluno nesta situação, o que mostra o papel fundamental e poderoso das iniciativas que oferecem a alunos e alunas condições onde existam carências financeiras que dificultem seus ingressos e permanências nas faculdades públicas.

No primeiro semestre de 2017 comecei meu primeiro projeto pela UnB onde atuei na catalogação de objetos do acervo do Museu de Anatomia Humana da própria universidade, projeto que fortaleceu as bases para minha preferência pela área de documentação museológica. Em 2018 atuei em um segundo projeto também catalogando objetos de acervo de tipologia indumentária, para a atual Diretoria de Esportes e Atividades Comunitárias (DEAC).

Outra experiência que me marcou foi uma viagem em 2017 a São Paulo custeada pela própria UnB na disciplina de Museologia 3 ministrada pelo Professor Vinicius Carvalho. Nessa viagem participamos de um congresso sobre a relação educação-museu na USP e onde eu pude aprender mais sobre o campo de atuação do museólogo, encarar as dificuldades futuras e como o campo e seus profissionais atuam em cenários diversos. A experiência de visitar museus de diferentes tipologias e conhecer profissionais empenhados no desenvolvimento e disseminação dos museus e exposições foi enriquecedora. Uma segunda viagem, no ano de 2018, para Belo Horizonte também custeada pela UnB mas desta vez com a matéria Museologia e Preservação 2 ministrada pela Professora Ivy Silva me proporcionou o ponto de vista da área de preservação e conservação de dentro das reservas técnicas, e que pela carência dos espaços museológicos no Distrito Federal não teria conseguido vivenciar. Acompanhar as atividades dentro dessas reservas técnicas foi outro fator que fortaleceu meu apreço pelos objetos e suas histórias.

Iniciei também em 2018 meu primeiro projeto de Iniciação Científica ao lado da professora Andréa Considera. Se nos primeiros semestres as dificuldades que eu sentia e que me faziam querer desistir por achar que eu não pertencia a esse ambiente, a experiência de pesquisar e escrever um artigo mostraram que eu estava enganado. Curioso o quanto eu fugia dessa experiência e agora fico positivamente ansioso com a ideia de escrever mais artigos. Nosso projeto foi sobre objetos arqueológicos descontextualizados em museus e eu adorei escrever. As dez páginas foram pouco para o que minha mente queria trabalhar, ideias não paravam de surgir. Ao acaso juntei áreas que tenho muita afinidade. Museus, coleções e arqueologia. Dessa união de poderes surge a ideia de pesquisa do meu TCC.

Sobre os eixos da Museologia e a qual meu tema faz referência, acredito que o eixo 2 que trata sobre informação e museologia é o que mais dialoga com o que

pretendo escrever. Como meu tema também flerta com a área arqueológica, a multidisciplinariedade que é citada neste eixo também está contemplada.

Outro assunto que quero tratar é a preservação de bens culturais, no caso os arqueológicos. Então o eixo 4, preservação e conservação de bens culturais, é um eixo que também abarca o tema trabalhado na monografia.

Me lembrar de todos os pontos positivos no meu percurso pela UnB é uma tarefa árdua, sei que soa clichê, mas realmente esse é um espaço que construiu meu caráter. Apesar de estar sempre no limite dos prazos das tarefas e isso contribuir para estresses físicos e mentais a UnB ainda é meu principal espaço de lazer. Ao olhar para trás vejo a oportunidade que meus amigos de ensino médio não tiveram, oportunidades que não lhes foram ofertadas e poder atrelar esse lazer ao conhecimento que estou adquirindo é um privilégio que sou muito grato em ter.

Este trabalho tem como objetivo analisar as formas como uma coleção arqueológica de artefatos descontextualizados impacta um museu, neste caso parte da coleção do Padre, Professor e Arqueólogo João Alfredo Rohr (1908-1984) composta por 173 objetos tombados em 1986 e doados para a Academia Nacional da Polícia Federal do Distrito Federal e que atualmente se encontra no Museu de Geociências da Universidade de Brasília.

Sendo assim, gostaria de questionar se a musealização de acervos arqueológicos possui os meios adequados para representar o Outro. Seus conceitos estão em conformidade com as necessidades da musealização? Carecem ou não de meios para uma musealização eficiente que condiz com a representação do outro? A patrimonialização do imaginário exótico e íntimo (Brulon, 2015) favorece a criação de narrativas imaginadas? O recorte de objetos que são levados aos museus pelos arqueólogos representa um dano à compreensão de um todo?

A minha pesquisa de iniciação científica me proporcionou questionar e introduzir pontos que não pude aprofundar ainda. Decidi então dar continuidade a esses questionamentos iniciados pela pesquisa e que abarrotaram minha mente. Porém muitos dos meus questionamentos foram muito bem respondidos por Brulon em seu texto Patrimônio Íntimo (2015) ao falar sobre a forma como as instituições museais podem fazer uso das coleções em prol da criação de narrativas, de reinterpretação cultural e de como os objetos tidos com exóticos possuem influência

de subverter valores de objetos originais em favor de uma encenação produzida pelo representante do Outro. As seguintes questões foram apresentadas de uma maneira que eu acredito serem objetivas e acertadas, não carecendo de aprofundamentos por minha parte. Um texto complexo e capaz de me levar a significados diversos a cada sucessão de leitura.

Assim meu primeiro tema de pesquisa foi abandonado e os passos que eu já estava percorrendo para sua elaboração descartados. O que me levou a um novo tema onde questiono se a seleção dos objetos arqueológicos por meio de uma ótica de triagem, que valoriza o exótico pode fazer com que estes objetos cheguem aos museus em um processo de esvaziamento de valores intrínsecos em prol de valores que alimentam um determinado fetichismo material.

Com esse trabalho pretendo fornecer dados para o fortalecimento da interdisciplinaridade entre a Museologia e a Arqueologia tendo em vista que ambas fazem por meio de objetos a representação do outro, dentre outros campos de estudo. Para isso farei uso da análise de uma coleção selecionada pelo Padre Rohr² e doada ainda em vida a Academia da Polícia Federal.

Os objetivos deste trabalho são: apresentar a coleção a ser estudada a partir do momento de sua coleta pelo Padre Rohr, partindo da ótica que esta não possui, total ou parcialmente documentação que comprove sua origem e sua doação até o local atual (Museu de Geociências de Universidade de Brasília); discutir sobre o processo de musealização de objetos arqueológicos e como o conceito de musealia se aplica a esses mesmos objetos.

Por fim, analisar qual o impacto de coleções arqueológicas descontextualizadas em um museu e se esse impacto reverbera na relação público e exposição.

Mesmo sendo um dos arqueólogos brasileiros mais estimados e com seus quase quarenta anos de dedicação à área, a presente coleção carece de pesquisas que apontem sua importância e sua historicidade assim como pesquisas que confrontem consequências e efeitos da falta de identificação de objetos arqueológicos em museus. Como citado anteriormente, a coleção foi doada à Polícia

² Mantere o título ministerial “Padre”, ou sua abreviação “Pe”, sempre que me referir a João Alfredo Rohr, já que este é reconhecido no meio acadêmico brasileiro devido ao seu extenso trabalho arqueológico juntamente ao seu título de ordem clerical.

Federal para ser usada em treinamentos, onde permaneceu sem uso. Qual seria a relevância cultural de ter essa determinada coleção afastada do público e conseqüentemente de pesquisas?

A presente pesquisa pretende ser de cunho básico, exploratória, descritiva e analítica uma vez que apresento um estudo sobre uma coleção com pouca ou nenhuma pesquisa atrelada unicamente a ela, onde analiso o processo em que foram inseridas em instituições museais e a possibilidade de conjecturar danos as narrativas e conseqüentemente a exposições e ao público visitante.

Para esse estudo, uma pesquisa bibliográfica foi necessária onde temas referentes a musealização arqueológica e museologia social foram analisados de fontes como artigos, teses e livros. Para compor melhor a redação do texto, documentos referentes a aquisição das peças e seus tramites também foram igualmente estudados e referidos. Configura-se então essa pesquisa de natureza qualitativa de método dedutivo.

O trabalho será dividido em três capítulos. No primeiro trataremos da relação museologia e arqueologia por meio de coleções, como a instituição museu norteia a atuação de ambas, portanto, relatar a proximidade das áreas.

No segundo capítulo, apresentaremos a história profissional do Padre Rohr e a trajetória da coleção de 174 itens que hoje se encontram no Museu de Geociências da UnB por meio de análise documental.

No terceiro e último capítulo, apresentaremos uma análise sobre a descontextualização arqueológica tendo como base a coleção do Padre Rohr.

Capítulo 1 – Museus com acervos arqueológicos

Ao falar em salvaguarda do patrimônio arqueológico, Janaina Mello (2015) ressalta a interdisciplinaridade do tema, a junção das áreas da Museologia e Arqueologia na realização dessa salvaguarda, assim como destaca o importante papel da comunidade na conservação desse patrimônio arqueológico no seu local de origem, deixando à própria comunidade o protagonismo da preservação.

Essa junção (patrimônio e comunidade) é vista pela autora como um empoderamento da sociedade através da experiência de uso do patrimônio onde a museologia social ³e a arqueologia pública ⁴atuam para subverter a ideia de engessamento que a patrimonialização oferece defendendo assim a musealização do território.

Se todo espaço é portador de traços de memória (Bellaigue, 2009, p.88) como definir essa memória sem a participação da comunidade que representa os objetos musealizados?

Maria Cristina Bruno (1996) evidencia que as instituições museais, e especificamente os museus arqueológicos, são dotadas de múltiplas características e de conteúdos universais e constroem relações que propagam nacional e internacionalmente o patrimônio cultural.

O interesse pelo passado da humanidade e pelas sociedades além-mar alimentados pelos saques promovidos pelos países colonos nutriam um colecionismo arqueológico propagado desde o século XVI dando origem aos gabinetes de curiosidade. A reunião desses objetos diversos em uma coleção significava status social e signo de riqueza e ostentação a seus falsos donos, onde, inicialmente, a seleção priorizava a acumulação em vez da organização e que produzia narrativas idealizadas pelos seus proprietários.

³ A museologia social defende a participação de diferentes grupos sociais na prática dos museus, criando uma rede de interação, pertencimento e empoderamento onde a aproximação dos museus e a sociedade estreita os laços memória e afastam a característica em potencial elitista dos museus. Um museu que atue em prol de uma função social onde a sociedade a qual ele representa é musealizada.

⁴ A Arqueologia Pública tem como agenda, além da preservação do patrimônio arqueológico, a interação com a comunidade por meio de atividades educativas, com o intuito promover relação do passado como presente valorizando assim o patrimônio cultural e material, o conhecimento da cultura e da história das comunidades envolvidas.

“A posse material e espiritual, o domínio não só das **coisas**, mas o poder em transformá-las em símbolos. Um poder pouco partilhado e quando o era, tinha a real função de demonstrar ostentação” (BRUNO, 1996, p. 4, grifo da autora).

Ainda segundo Maria Cristina Bruno, o fato da proposta de organização apresentada por Samuel von Quiccheber⁵ em 1565 abarcar as coleções arqueológicas denota desde o século XVI uma necessidade previa de organização dos objetos arqueológicos existentes em demasia na sociedade europeia.

O conceito de museu é construído então tendo como base a apropriação dos bens culturais. Tanto os ingleses *Museum Ashmoleanum* quanto o *British Museum*, assim como o francês *Museu d’Histoire Naturelle* de Paris, são exemplos de instituições fundadas na primeira metade do século XVIII graças às coleções particulares doadas. Sendo que o acúmulo de objetos arqueológicos de diferentes culturas nessas instituições leva à Antropologia a se consolidar como disciplina científica (BRULON, 2015).

Vale ressaltar que tanto esses processos quanto as instituições museais não possuem mais essas configurações, sendo que na atualidade se empenham em produzir conhecimentos, desconstruindo esse perfil de agentes colonizadores, mudanças que se espelham na quantidade e qualidade de pesquisas arqueológicas desenvolvidas.

As exposições também são impactadas por essas mudanças de processo de contextualização, a construção de identidades das comunidades nativas sob a sua própria ótica e afirmando seus espaços e os distanciando das coisas de um passado longínquo.

Fabiana Comerlato (2014) ao falar sobre a trajetória profissional do Pe. Rohr cita como o fortalecimento das instituições museais de tipologia arqueológica e etnológica foram uma característica de seu trabalho, como nos casos do mapeamento de 53 sítios arqueológicos em 1966 as margens do rio Uruguai, em Itapiranga a oeste de SC, onde Pr. Rohr já defendia a permanência e guarda dos acervos nas suas regiões originárias. Em agosto de 1978, após campanha positiva

⁵ O médico espanhol Samuel von Quiccheber (1529 – 1567) divide as coleções em segmentos de acordo com a tipologia (Naturalia e Artificialia, Antiquitas e História e, por último, Artes) dando origem a um sistema primário de catalogação. Seu sistema é considerado o mais antigo tratado sobre organização de objetos e um dos pioneiros no campo da museologia teórica.

difundida em rádio pela conscientização da população em prol da preservação dos sítios arqueológicos e seus objetos, o Museu Comunitário de Itapiranga é fundado. Em 1977 escavações do sítio Laranjeiras originaram o acervo do museu do Balneário Camboriú, o que denota preocupações por parte do Pr. Rohr na participação e identificação das comunidades locais no reconhecimento dos patrimônios arqueológicos e culturais e um provável diálogo com a museologia social e uma consonância com os movimentos museológicos da década de 1970.

Já o português Luís Raposo (1999) constrói uma crítica no pensamento da apropriação por parte dos turistas do território musealizado. Ele defende que os sítios são restaurados ou revitalizados visando melhores experiências para os visitantes, colocando assim, ao meu ver, o patrimônio a serviço de um outro a qual ele não representa, embora o autor não trabalhe seu raciocínio dessa maneira, acreditando que é justamente no potencial turístico que reside a legitimação da potencialidade dos sítios perante museus. Concluindo, o citado autor, que sítios e monumentos musealizados como verdadeiramente autênticos e os museus de arqueologia ou antropologia como espaços anacrônicos e por conseguinte não-lugares.

Ao fazer uso de uma análise quantitativa⁶ Raposo compara o número de visitantes no ano de 1995 entre museus e sítios europeus. De maneira geral o número de visitantes a sítios é superior ao de visitantes a museus, a visita *in loco* é preferível a visita dos objetos de uma sociedade em um museu segundo o próprio. Vale ressaltar que o número de estrangeiros visitando sítios é superior aos estrangeiros visitando museus, mesmo quando sítios e museus localizam-se em mesmas cidades, já no que diz respeito a visitantes locais e a grupos, principalmente os escolares, a preferência passa a ser a de visita a museus.

Assim expressa a conclusão de que sítios e museus por terem públicos distintos cumprem objetivos sociais distintos, portanto, o conceito de museu como descontextualizador de narrativas não existiria. Assim o objeto arqueológico em museu suscita ao visitante discursos interpretativos, portanto contestáveis, do

⁶ Raposo faz uso do texto “Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio” de publicação do Instituto Nacional de Pesquisa de Portugal para contabilizar dados referentes ao ano de 1995 das respectivas áreas.

passado, enquanto o objeto *in situ* proporciona ao visitante uma perspectiva do passado, algo fatural (RAPOSO, 1999, p. 51).

Se Comerlato (2014) e Brulon (2015) defendem o potencial da nova museologia em apresentar essa musealização arqueológica de maneira eficaz e participativa, Raposo defende o contrário quando diz que “[...] defendemos que o futuro dos museus se encontra num reforço das características que lhe conferem especificidades [...]” (RAPOSO, 1999, p. 63), isso porque o autor acredita que aos museus, dentre outras atribuições identificadas pelo próprio autor, cabe o papel de prestação de serviços complementares enquanto aos sítios cabe o serviço de turismo de massas.

Aos oito tópicos definidos por Raposo para defender seu ponto de vista, a favor dos sítios e contrário aos museus, caberia um artigo a parte. Não me alongarei nessa discussão sobre atribuições de cada área por não ser esse o tema deste trabalho.

Adriana Russi e Regina Abreu (2019) falam sobre os diferentes processos de uma museologia colaborativa e os desafios multidisciplinar no empoderamento baseado na relação entre Arqueologia, Museologia e os remanescentes dos povos tradicionais.

As autoras falam de como o saber antropológico estava inicialmente ligado aos museus e que somente a partir dos anos 1920 esse papel é revisto. O deslocamento das pesquisas antropológicas passa a figurar após essa data nas universidades revitalizando diálogos entre a sociedade e os campos acadêmicos. A nova museologia e nova arqueologia tem papéis de destaque nesse processo.

Essas mudanças significam a inserção e integração dos movimentos sociais na função ativa de diálogo expositivo com que os museus representavam o Outro, onde difundiam o conhecimento, mas os calavam. Mudanças estas que dariam aos povos tradicionais, (já que ao se falar em arqueologia no Brasil trata-se diretamente com as comunidades tradicionais brasileiras), a devida participação nas tomadas de decisões e nas práticas diversas do museu na forma de uma museologia colaborativa, fruto da museologia social respeitando seu direito de protagonismo. Onde, finalmente, as autoras defendem que esse movimento altera o conceito de

museus de “representações *sobre* os ‘outros’ para representações *com* os ‘outros’.” (RUSSI; ABREU, 2019, p. 23, grifo das autoras).

Segundo as autoras, origens diversas sempre alimentam e alimentaram as coleções museológicas em instituições de tipologia arqueológica e antropológica, seja através de saques, doações ou recolhimento de apreensões policiais, o que torna árdua a sistematização de uma classificação documental. Fontes diversas que frequentemente transitam de um museu para outro, sendo cada um desses museus dotados de um sistema de classificação documental distinto. Diferentes formas de aquisições que refletem diferentes ideologias e projetos cada um vinculado a uma diferente instituição refletindo diferentes formas de pesquisas.

As pesquisadoras relatam, em estudos de casos, a atuação de museus brasileiros com a aplicação da museologia compartilhada. Um caso que me chamou a atenção é o do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) onde a curadora e antropóloga Lucia Hussak van Velthem, que atuou no MPEG entre 1985 e 2008, em ação conjunta com os indígenas desenvolve pesquisas compartilhadas e montagens de exposições. Outra pesquisa em conjunto ocorreu graças a nove jovens do povo Ka’apor que uma vez habilitados a realizar registros em vídeo de suas comunidades passaram a relatar a convivência dos mesmos com os objetos que os rodeiam fomentando a análise por parte dos pesquisadores na relação que cada comunidade tem com os seus objetos.

Marilúcia Bottallo (1996) também identifica similaridades nas áreas quando se refere a seus fazeres ao chamar a atenção para o fato de as duas áreas serem mais do que atividades de observação e sim ciências na construção do conhecimento, sendo o conceito de construção apresentado pela autora

A ideia de construção implica que nos apoiemos nos fatos como pontos de partida para incursões mais sofisticadas e geradoras de conceitos, visões de mundo e interpretações que, também por característica, não podem abarcar a universalidade dos fenômenos históricos, sociais e culturais da humanidade. (BOTTALLO, 1996, p; 288).

A reflexão a partir da análise de informações obtidas pelo estudo de um objeto, também pelas duas áreas, atinge níveis “científicos, históricos, sociais, comportamentais e até burocráticos” (BOTTALLO, 1996, p. 289) informações essas que são refletidas nas formas de registro, assim como determinantes nos processos

de aquisição e descarte de uma instituição. Portanto, memória e esquecimento da informação atrelada à documentação museológica.

Ballardo e Milder (2016) reforçam que o objeto arqueológico não pode ser analisado isoladamente de seu local de recuperação, diferente de outros objetos musealizados, pois sua característica primordial é sujeita a um sítio. A análise do contexto do objeto é uma característica intrínseca para a preservação da memória desse tipo de acervo. A documentação museológica deve ser inserida desde a coleta do objeto, indo além do registro físico após a inserção nos museus.

Segundo Brulon (2015b) a inserção em um sistema classificatório específico é o meio de transformar uma “coisa” em um objeto, ou patrimônio. No caso dos museus esse objeto ganha o *status* de *musealia*⁷ após passar pelo crivo da musealização onde finalmente troca seus valores essenciais por valores interpretativos enquadrados por propostas de classificações contemporâneas, no caso de objetos arqueológicos, que podem ser configuradas como portadoras de óticas tradicionais de se entender um objeto.

Concluindo Brulon que, a classificação como uma ação social que está em constante alteração, sujeita a diferentes sociedades e baseadas em comparações subjetivas de diferentes interpretações de campos distintos e em disputas intelectuais.

Ou seja, a negação da concepção de sociedade observada priorizando a concepção da sociedade do observador/pesquisador escapando das categorias originárias a favor das categorias tradicionais impostas pelas sociedades atuais, para isso Brulon propõe o conceito de *objeto-devir* onde os objetos transitam em realidades socioculturais diferentes numa relação de ganho e perda de seus signos. A comunidade passa a fazer parte dessa musealização eternamente em curso, já que ela também está em trânsito, que difere da tradicional e estagnada musealização de vitrine, impossibilitando assim, a separação da conexão objeto/sociedade em um processo que configura sua existência nas relações sociais e na multiplicidade de valores que essa relação tem a capacidade de criar. O objeto *na* sociedade ao invés de um objeto *de uma* sociedade.

⁷ Segundo Zbyněk Stránský são coisas que passam pelo processo de seleção de um museu, em função de seu potencial de testemunho, ressurgindo como objetos de museu. O processo de musealização é por natureza um processo de descontextualização já que como resultado o *musealia* é ressignificado para um signo uma prática social (DESVALLÉES e MAIRESSE, 2013).

Objetos de nosso passado para serem preservados acabam adquirindo valores das sociedades atuais, uma resignificação baseada em seleções onde o aspecto visual e o potencial artístico do objeto serão levados em consideração.

Maria Cristina Bruno (2014) ao conceituar a musealização arqueológica decodifica os elementos de seu processo, ligando as instituições museológicas aos patrimônios arqueológicos em um processo de incorporação.

Ao falar desses museus e dos processos de musealização arqueológica, Maria Cristina Bruno fala como a

[...] memória é uma construção no presente, a partir de indicadores culturais relativos às experiências que os indivíduos e os grupos sociais elaboram com seus semelhantes (expressões / manifestações), com as paisagens (espaços / lugares) e com as coisas (objetos / artefatos), em suas formas de subsistência, sociabilidade, celebração e representação. (BRUNO, 2014, p. 8)

e como as ações museológicas estão empenhadas em discorrer sobre as implicações da memória e seus impactos existenciais nos territórios coletivos uma vez que os vestígios arqueológicos são ferramentas importantes para constatação e compreensão da atividade de grupos sociais através da temporalidade e territorialidade.

Conclui a autora que, o alinhamento das instituições museais em preservar a memória direciona suas ações para a preservação patrimonial e por sua vez colabora na construção de vínculos entre as sociedades contemporâneas e os vestígios arqueológicos que estão associados aos territórios.

Esse bem patrimonial aqui é trabalhado através do patrimônio arqueológico sendo que sua musealização deve ser iniciada antes mesmo de sua escavação (BRUNO, 1996) para evitar perda de informações que façam com que o objeto coletado se descontextualize perdendo suas memórias.

Ao tratar sobre memória, Pollack (1989) falar sobre os pontos que a referenciam e como atuamos como criadores.

Segundo o autor, uma das faculdades dos grupos sociais são as classificações dadas por cada grupo a essa memória adquirida dos pontos ao tratar os fatos sociais como coisas em um processo de seleção da memória coletiva que subverte a memória individual e que possui capacidade potencial de criar discursos

excludentes assim como marginalizar as minorias que não compactuam ou atuam de maneira linear a essa memória coletiva. (POLLAK, 1989)

A essa disputa da memória Michael Pollak (1989) caracteriza como memória subterrânea, que são os vestígios “clandestinos” que atuam em oposição a história chamada oficial, e que daria participação aos integrantes das culturas excluídas do processo social de memória nacional caso ouvidos.

O silêncio sobre o passado não o leva ao esquecimento, o autor defende que as lembranças desse passado são transmitidas pelos grupos através de redes próximas, família e amigos, onde aguardam por um momento social que garanta sua eclosão. A memória se integra, por meio dos grupos, em maneiras de definir e reforçar sentimentos de pertencimento humano. Processo esse que pode ocorrer durante séculos por meio dessas estruturas, que assim como o próprio discurso do qual elas defendem, são furtivas.

Sobre o caráter político dessas memórias subterrâneas cabe citar os processos de repressão à construção da própria história sendo submetidos a ela como coadjuvantes o que impacta na organização de memórias fortemente construídas como a memória nacional. Assim mesmo que reprimidas essas memórias ainda fazem parte da construção histórica nacional.

O autor insere o conceito de memória enquadrada em contrapartida ao conceito de memória coletiva pelo fato de existir um limite nesse processo de enquadramento uma vez que todo grupo depende de material fornecido pela história para se perpetuar, estipulando assim um limite para a duração das memórias. Aqui o autor trata da falta de perenidade das instituições que legitimam esses diálogos. A interpretação desse material histórico, associado a referências históricas, pode levar a reinterpretarções a respeito do passado e do presente.

A produção de discursos organizados é resultado de um controle da memória gerado pelas pesquisas dos pontos de referência ou testemunhas autorizadas, onde se enquadram os museus e sítios arqueológicos. Portanto a preservação intacta dessa memória é uma questão a ser tratada com atenção (POLLAK, 1989).

Uma vez escritas e, portanto, documentada ao ingressar em uma instituição, por exemplo, a memória se torna “oficial”. Mas essa não é a única forma de se evocar o passado. Vários outros elementos fazem uso da seleção de

acontecimentos e muitas vezes o que os identifica é o que o indivíduo tem a falar sobre eles. Sendo assim seria correto afirmar que quem primeiramente propaga esses elementos do passado são seus detentores originais (BEZERRA, 2012).

Os objetos são representações de valores culturais de determinadas sociedades que vão além do valor estético, esses objetos ao adentrarem em um museu passam a ter valor documental, por meio das pesquisas realizadas que visam a sua preservação. Esses objetos passam a integrar uma coleção, um acervo. O valor de testemunho de um objeto o torna também um patrimônio, signo de uma cultura material que representa o nosso presente e passado.

Reforço que os objetos possuem grande impacto nas relações do poder, sendo evidente que a estrutura dominante rejeita todo tipo de patrimônio que ofereça risco a sua própria ideia de patrimônio e de identidade nacional, sequer reconhecendo como patrimônio o que é oriundo da base da pirâmide social. Preservar de acordo com a ideia exclusiva dominante não deve ser a prática das instituições de memória.

A ideia da superioridade europeia encontra por meio das coleções que alimentaram os gabinetes de curiosidade no século XVI um legitimador material. Os gabinetes eram o destino de muitos dos objetos vindos da cultura material dos povos nativos através das invasões coloniais. Qualquer artefato que chamasse a atenção pelo seu valor exótico servia justamente para contrapor, validar e fortalecer a ideia hierárquica de culturas.

Alguns estudos que envolvem as áreas de arqueologia e museologia possuem uma capacidade de minimizar essa relação dominante da elite frente a cultura. O patrimônio arqueológico voltado para conscientização dos mais vulneráveis economicamente e na sua participação da construção social.

E aqui cabe a documentação museológica com a função preservacionista.

As instituições museais são os centros de preservação do acervo arqueológico, visto que os artefatos recolhidos devem ser encaminhados a instituições de guarda que em sua maioria são museus, obrigatoriamente, pela Lei 3.924/ 61 cabendo a museólogos e museólogas procedimentos que visam à salvaguarda desse patrimônio. Como a musealização arqueológica é um procedimento que ocorre *in situ* mesmo antes da entrada do objeto no museu, pode

ser comum a inexistência de alguém preocupado com sua documentação apropriada. E sem essa documentação perguntas pertinentes à identificação do objeto podem ser respondidas erroneamente, quando respondidas. A esse último caso temos como resultado objetos descontextualizados. Sem retorno à sociedade. Um objeto que por mais que esteja em ótima condição pode ser considerado um objeto sem valor.

Uma vez que o processo de escavação e recuperação dos objetos leva à destruição do solo originário de maneira irreversível (FUNARI, 1988) a reconstrução da origem desse objeto passa a ser de difícil interpretação uma vez que visitar seu local de recuperação é praticamente impossível. Portanto para fins de pesquisas futuras, do ponto do resgate em diante, esse objeto está também destruído. Sem valor documental, mas dotado de valor histórico sem comprovação. Não pode ser descartado nem tão pouco estudado. Um patrimônio interrompido já que a informação a respeito da sociedade da qual ela pertence não é recuperada de maneira satisfatória.

A permanência dos acervos como elementos de comprovação arqueológica advém do registro documental deles. Projetos, relatórios, diagnósticos e fichas, anotações de campo, projetos de pesquisa, relatórios parciais e final. Ou seja, uma base de dados arqueológica. Documentos que fornecem dados para construção da história ou constatação/refutação de teses das culturas estudadas (SILVA, LIMA. 2007).

Está sob a responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) a gestão da produção documental do patrimônio arqueológico brasileiro antes de seu ingresso em instituições museais. Na sua portaria de n. 07 de 1998 nos artigos 11 e 12 estão estabelecidos os critérios para elaboração de laudos técnicos. Sendo o Art. 11 sobre como e quais elementos serão documentados durante a escavação e o 12 tratando do relatório final emitido ao término da pesquisa contendo os dados relacionados pelo artigo 11.

Catarina Silva e Francisca Lima (2007) citam a contribuição para a área de documentação arqueológica proposta pelos arqueólogos Don D. Fowler e Douglas Givens ao classificarem a documentação em: primária, analítica, administrativa e relatórios. A primária é dividida de acordo com a procedência e documenta a pesquisa de campo e o registro arqueológico. E são os documentos que fornecem

os dados contextuais e relacionais para a construção da cultura estudada. Fichas de conservação e restauro podem ser identificadas entre os registros de acesso. A documentação analítica inclui análises laboratoriais e qualitativas assim como qualquer documentação relacionada a manipulação dos dados primários. A administrativa se refere à documentação de caráter intelectual e pessoal. E os relatórios de pesquisa tratam das análises dos artefatos.

Continuam as autoras sobre a documentação primaria que, a data de seu artigo, as instituições autorizadas pelo Iphan a documentar os projetos de pesquisas arqueológicas em diferentes partes do território nacional, seja de qual for o porte, não possuíam trato adequado a salvaguarda desse material. Verificando que essa documentação não se encontrava com a coleção arqueológica relacionada e nem sempre existia o indicativo de onde essa documentação estaria preservada sendo que é pressuposto que ambas sejam intrinsecamente relacionadas e preservadas. Lembrando que essa documentação faz referência a fichas de sítio, planilhas de escavação, anotações e catálogos de campo, listagem e evidencias físicas (fotos, vídeos, slides) do campo.

Como proceder quando esses artefatos chegam a um museu, local de guarda definitivo, sem essa documentação germinal?

Como já dito anteriormente, a musealização arqueológica começa antes mesmo do objeto adentrar um museu, portanto sua documentação é contínua e o acompanha desde sua origem. A documentação, que já é fundamental para o trabalho museológico de maneira geral, na situação dos objetos arqueológicos se torna dona de caráter existencial. Com a documentação uma instituição tem poder de controle sobre os objetos do seu acervo, fazendo parte inclusive as atribuições de um museólogo sob o artigo 3º em seu inciso VI da Lei 7.287/84.

Além da Lei 7.287/84 outras diretrizes que orientam práticas museológicas referentes à documentação podem ser citadas. O Código de Ética para Museus datado de 1986 com última atualização em 2004 cita a documentação como um dos tópicos para a proteção de um acervo, essa documentação deve ser de caráter descritivo, detalhar seu estado de conservação, destinação dentro do museu e seguridade das informações recolhidas. Na Lei 11.904/09, que institui o Estatuto de Museus, cita a obrigatoriedade das instituições museais na criação de políticas de

aquisição baseadas em pesquisas, manutenção da documentação atualizada dos seus acervos, registro e inventários estruturados.

A interpretação dos dados colhidos define a função da cultura material, para isso uma análise baseada nas suas propriedades físicas se faz necessário. Sua composição material e técnicas empregadas na sua confecção. O local de recuperação do objeto também é de grande impacto nessa interpretação de dados se tratando de objetos arqueológicos.

É entendido como cultura material

[...] aquele segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem. Por apropriação social convém pressupor que o homem intervém, modela, dá forma a elementos do meio físico, segundo propósitos e normas culturais. Essa ação, portanto, não é aleatória, casual, individual, mas se alinha conforme padrões, entre os quais se incluem os objetivos e projetos. Assim, o conceito pode tanto abranger artefatos, estruturas, modificações da paisagem, como coisas animadas (uma sebe, um animal doméstico), e, também, o próprio corpo, na medida em que ele é passível desse tipo de manipulação (deformações, mutilações, sinalações) ou, ainda, os seus arranjos espaciais (um desfile militar, uma cerimônia litúrgica). (MENESES, 1983, p. 112).

Por Tania Andrade Lima (2011), cultura material é entendida como

[...] um reflexo passivo da cultura, sendo esta conceituada como um conjunto de normas, valores, ideias, prescrições e regras formais partilhado por um determinado grupo. Inertes, os artefatos portariam significados que lhes seriam inerentes, cabendo ao investigador tão somente a tarefa de retirar deles a poeira do tempo para que esses significados aparecessem e o passado pudesse ser 'reconstruído'. (LIMA, 2011, p.13).

Sobre a documentação da cultura material, Meneses (1983) aponta três posturas marcantes que são baseadas em alegações de dificuldades no emprego de documentação material: a marginalização da cultura material frente a textual, seu uso puramente instrumental como complemento da documentação textual e seu uso como fonte didática, usada de maneira a facilitar a narrativa histórica. O autor chega a essa conclusão por meio da análise da documentação histórica bibliográfica da Grécia e Roma antigas.

O autor conclui seu raciocínio com a defesa de que a arqueologia se ocupa não somente dos objetos tridimensionais ou artefatos e sim na relação espacial destes com os sistemas socioculturais originários. Dentro dessa conclusão insiro a questão do papel do museu como instituição que permite a relação do sistema cultural do passado com o do presente.

A cultura material passa a ser fonte primária para compreensão de culturas já extintas ou em extinção. A Arqueologia, como uma das áreas do saber interessada no tema, investiga os sistemas socioculturais através do tempo por meio do que foi produzido pelos seus agentes (Lima, 2011). Ou seja, a materialidade produzida pelas sociedades humanas que também é objeto de estudo da Museologia.

E essa cultura material ordenada e classificada advém da necessidade de descrever as sociedades em categorias com o objetivo de fornecer evidências para o reconhecimento das próprias. Inicialmente essa proto-classificação se interessava apenas pela simples identificação, o que a partir do início do século XX passa a ser considerada insuficiente para responder às questões sobre os objetos. Questões a respeito da interpretação do objeto, o onde, o como, e o porquê foram criados. “À luz dessa perspectiva, homogeneidade na cultura material se tornou a assinatura de um grupo étnico no registro arqueológico, enquanto variações se tornaram marcadores de diferenciação.” (LIMA, 2011,p.13).

Le Goff (1996) alarga a definição da noção dos documentos ao questionar o fato de um documento ser basicamente uma fonte escrita, critica que a textualidade não pode ser a única ferramenta para definir o que se deve recordar. O autor cita a forma como a expansão das mídias altera o estatuto dos documentos e como a necessidade de documentação para afirmar a história exige essa expansão. Sendo o monumento uma ponte para as sociedades históricas e os documentos fontes, que podem ser textuais ou não, que possuem capacidade de provar veracidade. E ambos atuam como testemunhos históricos e como métodos de atuação da memória coletiva. E como o autor define “O documento não é inócuo.” (LE GOFF, 1996, p.472).

1.1 – O objeto arqueológico musealizado

1.1.2 – Objeto museal

A partir dos séculos XIX e XX a utilização de documentos como provas de uma ação se tornou recurso indispensável para garantir confiabilidade nos trabalhos produzidos pelos pesquisadores. Esse modo de testemunhar a história se dá por

meio da visão da escola positivista, onde foi defendido que não poderia haver história sem documentos, principalmente os escritos. A utilização de documentos não escritos só foi aceita após apresentada as propostas da escola de *Annales*, que defendia a construção da história não apenas com documentos escritos, mas também com documentos oriundos de outras fontes, uma proposta resultante dos desenvolvimentos de novos meios de produção documental que surgem após o desencadeamento de novas tecnologias (MURGUIA, 2011).

Para Le Goff (1996) o documento é a representação do universo intelectual de seus produtores, um produto das relações da sociedade que o fabricou. Para o autor, um documento, que se trata de objetos de materiais diversos, é por atribuição um suporte de informação. Segundo Viviane Couzinet (2009, p.14) não existe documento em si, somente após um processo informacional onde o objeto é questionado é que lhe é conferido o valor de documento. Sendo então essa mediação e não a sua materialidade que o revela com suporte.

Assim, um documento pode ser analisado partindo de sua estrutura física ou sua imaterialidade. Paul Otlet enxergou a multiplicidade dos documentos, tratando dos documentos a partir dessas estruturas concretas ou simbólicas.

Michael Buckland (1991) distingue três vias do conhecimento como Information-as-process, information-as-knowledge e information-as-thing⁸, sendo as características; da informação-como-processo o ato de comunicar, da informação-como-conhecimento o de diminuir, ou aumentar, as incertezas sobre um fato e a da informação-como-coisa a capacidade de comunicar o conhecimento intangível por meio da sua materialidade. Defende o pesquisador que objetos em si não são necessariamente documentos, mas passam a ser uma vez que são transformados pelo processo que resulta no fornecimento de informação.

“Information-as-thing”, then, is meaningful in two senses: (1) At quite specific situations and points in time an object or event may actually be informative, i.e., constitute evidence that is used in a way that affects someone’s beliefs; and (2) Since the use of evidence is predictable, albeit imperfectly, the term “information” is commonly and reasonably used to denote some population of objects to which some significant probability of being usefully informative in the future has been attributed. It is in this sense that collection development is concerned with collections of information (BUCKLAND, 1991, p.357).⁹

⁸ Informação-como-processo, informação-como-conhecimento e informação-como-coisa em tradução livre.

⁹ “Informação-como-coisa”, então, tem significado em dois sentidos: (1) Em situações específicas e em determinado momento um objeto ou evento pode ser informativo, isto é, constituir evidência que é utilizada de

O objeto museal é um objeto de museu, e segundo o senso comum, um objeto do passado, provavelmente antigo. Finalizado ou parte de um todo, produzido ora por um desconhecido ora por alguém renomado demais para ser esquecido, isso quando produzido por alguém.

Independente do senso comum, o objeto de museu é atribuído de valores culturais, históricos e estéticos. Retirados de seu contexto original para integrarem as coleções de variados museus mundo afora. Entende-se que separados do Homem serão preservados para o Homem. Signos da cultura, esses objetos são a representação da cultura material das sociedades do passado de nossa história (NASCIMENTO, 1998).

Considerando que suas naturezas físicas são capazes de carregar marcas específicas de seus usuários e produtores originais, seus atributos intrínsecos correspondem a sua objetividade, porém os discursos sobre o objeto podem ser falsos. O objeto histórico, independentemente da sua natureza física, possui capacidade de reter valor histórico não pela sua natureza física e sim por contaminação externa derivada de fatos memoráveis, atuando como um anexo material da própria história. Destaca-se que a produção de objetos assinala materialmente as idiosincrasias, que passam a ser suportes físicos identitários (MENESES, 1998).

O que faz de um objeto documento não é, pois, uma carga latente, definida, de informação que ele encerre, pronta para ser extraída, como o sumo de um limão. O documento não tem em si sua própria identidade, provisoriamente indisponível, até que o ósculo metodológico do historiador resgate a Bela Adormecida de seu sono programático. E, pois, a questão do conhecimento que cria o sistema documental. O historiador não faz o documento falar: é o historiador quem fala e a explicitação de seus critérios e procedimentos é fundamental para definir o alcance de sua fala. Toda operação com documentos, portanto, é de natureza retórica. Não há por que o documento material deva escapar destas trilhas, que caracterizam qualquer pesquisa histórica. (MENESES, 1998, p. 95)

O Código de Ética do Icom para Museus (2004) entende os objetos que integram as coleções dos museus como testemunhos primários, cabendo aos museus conservarem, protegerem e tornarem acessíveis ao público a informação contida neles.

modo que interfere nas crenças de alguém; e (2) Desde que o uso da evidencia seja previsível, embora imperfeitamente, o termo "informação" é comumente usado para denotar uma classe de objetos que provavelmente são considerados úteis o bastante para serem informativos no futuro. Nesse sentido o desenvolvimento de coleção tem a ver com coleções de informação. Em tradução livre.

Para Desvallées e Mairesse (2013) o objeto de museu, ou musealia, não é real em si, mas um correlato. O objeto de museu seria uma coisa musealizada. Diferindo o objeto de “coisa”, a coisa seria o fruto da utilidade, da relação de continuidade com o homem, enquanto o objeto será o definido pelo sujeito como diferente perante si. Feito para ser mostrado em função de seu potencial de testemunho os objetos são signos. Considerados elementos de linguagem, permitem construir exposições-discursos.

Para Waldisa Guarnieri (1990) o objeto de estudo da museologia não seria o objeto de museu em si, mas a relação do Homem, sujeito que conhece, com o objeto que é uma parte da realidade do próprio Homem.

A produção cultural dos sujeitos, seus símbolos e significados criam objetos existentes fora do sujeito, mas que refletem a sua relação com sujeitos e a natureza. E daí vem a preocupação com a informação contida no objeto, a informação extrínseca. O objeto ao ser musealizado, perdendo seu status primário, passa a ser entendido como suporte informacional de uma manifestação cultural. Entendido como um objeto-fragmentado por refletir somente uma parte da produção cultural de sujeitos (NASCIMENTO, 1998).

Na instituição Museu o objeto é fragmentado, ao receber o título de objeto de museu, é visto por si mesmo através de conceitos como "obra prima", "valor", "raridade", "informação", onde o homem como vetor desta produção cultural, não é dialeticamente relacionado com a expressão material e imaterial da sua existência, enquanto ser social - o bem cultural (NASCIMENTO, 1998, p. 43).

1.1.3 – Musealização arqueológica

Segundo Maria Cristina Bruno (2014) o campo de ação museológico atua no diálogo entre a sociedade e os articuladores de memória, os objetos. Sendo esse campo de ação multidisciplinar tendo em vista o universo dos processos museológicos.

A musealização arqueológica está vinculada ao território, de caráter estruturador nesse processo. Maria Cristina Bruno (2014) apresenta a ideia de

construção da memória tendo em vista esses indicadores existentes a partir do presente, sendo então os vestígios arqueológicos indicadores fundamentais para compreensão de questões identitárias. Além de ser entendido que, o conjunto seletivo desses indicadores são patrimônios culturais. Sendo então um processo que ocorre desde a localização do sítio, mesmo antes do objeto ser encontrado e entrar em um museu (BRUNO, 1996).

As ações museológicas têm buscado a problematização sobre as implicações da memória que por sua vez interagem com a nossa inserção social assim como norteia as ações museológicas para identificar, sociabilizar e preservar esses bens.

Para Maria Cristina Bruno

Nesse contexto, a Musealização da Arqueologia está comprometida com o estabelecimento de vínculos que aproximem os vestígios arqueológicos herdados das sociedades contemporâneas, considerando a diversidade de fatores históricos e socioculturais que influenciam essas aproximações e, ainda, com a busca de procedimentos técnico-científicos que permitam a realização de ações de salvaguarda e comunicação dos bens patrimoniais arqueológicos (BRUNO, 2014, p. 9).

O papel dos museus nos países colonizados tende a ser um papel coadjuvante, que segundo Maria Cristina Bruno (2014) vem diminuindo no decorrer dos anos. Esse papel secundário é uma herança dos processos de colonização europeia, que alimentaram suas instituições com as expressões culturais alheias influenciadas pela percepção do europeu. Em se tratando do Brasil, a autora define a relação com a cultura dos povos nativos como *estratigrafia do abandono*, o que carrega o patrimônio cultural pré-colonial de um significado errôneo.

Estudos que envolvem as áreas de Arqueologia e Museologia possuem uma capacidade de minimizar essa relação dominante frente à cultura. O patrimônio arqueológico voltado para conscientização dos menos favorecidos economicamente na sua participação da construção social cabendo à documentação museológica a função preservacionista.

Segundo Ferrez (1991) documentação museológica é a representação em imagens e palavras, resultado de um conjunto de ações sobre cada um dos itens do acervo museológico. É um sistema de recuperação de informações capaz de transformar as coleções em fontes de pesquisas científicas. Considerado pela autora como de primordial função dentro de um museu uma vez que, a identificação intrínseca e extrínseca exige o olhar de especialistas, a falha na identificação desses

dados levaria os museus, principalmente os de história, a se tornarem repositórios de objetos sem passado.

Documentação museológica trata do registro de informações obtidas de um objeto, com o intuito de organizar e possibilitar a recuperação da mesma. Essa documentação pode se referir especificamente a um objeto ou as práticas administrativas de uma instituição (PADILHA, 2014).

A Arqueologia considera que a transformação de um objeto em uma ferramenta por meio do trabalho humano o torna um artefato. Esse artefato por sua vez adquire “uma vida biológica, dotada de nascimento, crescimento, maturidade, envelhecimento e morte” (FUNARI, 1988, p.17).

Baseado nas áreas do conhecimento da Museologia, Arquivologia e Biblioteconomia, Renault e Araújo (2015) propõem uma categorização do ato de colecionar, separadas por três momentos: Renascentista, Iluminista e Contemporânea, sendo a curiosidade do colecionador o que caracteriza o renascentista, a sistematização e classificação por parte do colecionador no iluminista e que culminaria na institucionalização de disciplinas como a Museologia e pôr fim a contemporânea onde o consumo diluidor de perspectivas relativiza a importância cultural dos objetos.

As áreas de Biblioteconomia e Arquivologia podem ser consideradas como áreas onde existe uma constante, se não fundamental, passagem da oralidade para a escrita, porém é nos museus, como instituição dedicada à salvaguarda da cultura e colecionadora por natureza, que Araújo (2010) defende que o ato de colecionar impacta diretamente as pessoas.

Pomian (1984) cita a baixa probabilidade de um objeto natural, qualquer que seja construído pelo homem, não ser integrante de uma coleção de museu, ou seja, pense em um e provavelmente existira uma coleção em um museu. Cita também o objeto museológico como um precioso tesouro exposto ao admirado visitante. Ele se refere à *musealia* com um tesouro e fica evidente a referência ao potencial do que é exposto em museus.

Pomian continua seu texto ao falar sobre o valor paradoxal das obras em museus, que mesmo não participando dos círculos econômicos possuem valor econômico por serem objetos preciosos. E muitas vezes um valor econômico criado

justamente pelo fato de não estarem nos círculos econômicos. A esse paradoxo Pomian atribui aos objetos não os valores de uso, mas sim valores de troca, já que “Como se poderia atribuir-lhes um valor de uso, visto que se compram não para serem usados, mas para serem expostos ao olhar?” (POMIAN, 1984, p. 54).

Ao valor de troca Pomian (1984) fala que esse não está atrelado somente ao mercado criado pela procura do objeto movido pelo prazer estético do mesmo, mas também pelo prestígio conferido pela posse e pelo conhecimento científico. Sendo o objeto arqueológico altamente procurado pela legitimação da retenção desse saber científico.

Segundo Pomian, a linguagem engendra o invisível, dá forma às tradições que são transmitidas entre gerações por meio do visível, do objeto. O autor descarta a ideia da função de um objeto sem a linguagem e sua capacidade de atribuição de signos.

A representação do invisível, do intangível e de uma ideia passam pela legitimação do objeto. Primeiro o objeto precisa ser entendido não como um item utilitário e sim como receptáculo de informação, seja fantástica ou não, onde a palavra dita inicialmente a credibilidade da informação recolhida por meios científicos. Sendo um semióforo conceito que constrói o valor do objeto, visível, para além de sua materialidade por meio de uma relação homologa com o simbólico, o invisível (POMIAN, 1984).

No caso dos objetos arqueológicos, além da ponte com um invisível que se busca reconstruir, ele representa um passado muitas vezes palpável. Sua relação com a linguagem é de retroalimentação já que o artefato se torna alvo constante de estudo, gerando perguntas e respostas em ciclos.

Marilena Chauí (2001) ao falar sobre a afirmação de nações, cita como o semióforo é fundamental na consolidação do território. Sendo então o semióforo capaz de ligar o visível ao invisível e sendo as instituições como os museus, manifestações dessa afirmação. Citando especificamente o Brasil, Chauí, aborda o mito fundador fantasioso como forma de transformar a história. Nele, Deus-pai-todo-poderoso cria um território de clima ameno, gente pacífica e nulo de desastres naturais, desta forma justifica por meio da ação divina o comportamento social. Esse exemplo mostra a capacidade do semióforo em conformar comportamentos,

narrativas, e de transformar o irreal em real. Além de demonstrar o porquê do interesse nas classes dominantes em manter o controle do comportamento das massas.

Ao fazer uso desse argumento a elite cria a ideia de nação unificada perante sua métrica (Chauí, 2001). Quando Pomian (1984) cita a ideia de pessoas como semióforos¹⁰ ele não o faz pensando na luta entre classes, mas aqui o argumento é semelhante. A elite retém objetos e designam o grau de importância de cada um, instrumentalizando o imaginário popular nos interesses específicos da própria classe dominante porém esses semióforos transitam entre a conveniência do momento, normalmente fazendo alusão a estrangeirismos.

Uma das questões cruciais (e sem dúvida a que rende ao museu as críticas mais ferozes) diz respeito ao deslocamento (físico e simbólico) dos objetos de seu contexto primário para um contexto segundo (e artificial), a coleção, onde assume uma função documental e se torna representante da realidade da qual foi afastado. Nessa passagem, o objeto perde seu espaço e funções originais: ele é re-contextualizado e re-significado, desprende-se de uma realidade imediata para remeter e evocar realidades ausentes (LOUREIRO; LOUREIRO, 2013, p.7)

Tendo em vista as informações acima, no capítulo seguinte tratarei da vida profissional e pessoal do padre Rohr de acordo com referência bibliográfica analisada, assim como de sua coleção, seu tramite, seus itens e seu potencial como fonte de pesquisas.

¹⁰ Para o autor um indivíduo pertencente a grupos sociais que recebe maior atenção dos seus pares por possuir a capacidade de ser, assim como os objetos, semióforo. O autor chega a essa conclusão apresentando a ideia de como as coleções alimentam *status* sociais do colecionador. A legitimação do seu posto na cadeia alimentar pela qualidade e quantidade de objetos na sua coleção, sendo que esta coleção irá variar de acordo com o lugar que o colecionador representa na própria sociedade. Embora o autor não o faça, esse argumento também pode ser aplicado as instituições.

Capítulo 2 – O padre e pesquisador João Alfredo Rohr e sua relação Arqueologia e museus

João Alfredo Rohr nasceu em 18 de setembro de 1908 em Arroio do Meio – RS. Filho de agricultores descendentes de imigrantes alemães e de família católica, aos doze anos ingressou no seminário mantido pelos jesuítas em Pareci Novo - RS sendo transferido logo em seguida para São Leopoldo - RS. A maior parte das paróquias pertencentes às comunidades de descendentes alemães no Brasil são de origem jesuítica que além da religião forneciam educação, nas escolas paroquiais, e cultura em geral por meio de atividades sociais (SCHMITZ, 2009).

De 1921 a 1926, João Alfredo Rohr cursou o seminário. Em 1927 foi admitido como candidato ao sacerdócio no Seminário de Pareci Novo, onde fez três anos de estudos de humanidades e retórica. De volta à cidade de São Leopoldo, fez mais três anos de estudo de Filosofia clássica (SCHMITZ, 2009).

Como forma de verificar amadurecimento no aluno após os anos de estudo, a administração jesuítica costumava aplicar as chamadas “experiências de vida real”. Para João Alfredo Rohr essa experiência veio, após seus seis anos de estudo, no seminário de São Leopoldo onde ele lecionou durante quatro anos Aritmética, Italiano e História Natural além de se ocupar do museu da instituição (SCHMITZ, 2009).

Foi ordenado sacerdote em 1939, terminando seus estudos em 1941 quando se tornou um jesuíta completo.

De 1942 a 1964, Pe. Rohr lecionou Física, Química e Ciências Naturais no Colégio Catarinense¹¹, período em que também assumiu a direção do museu do Colégio. Em 1946 foi nomeado Reitor da Comunidade dos jesuítas e Diretor do Colégio Catarinense, cargos ocupados por ele pelos seis anos seguintes. Em 1950, ainda como diretor do Colégio, escreveu um artigo sobre a etnologia indígena do

¹¹ Em março de 1906 iniciou as atividades letivas no Ginásio Santa Catarina. Sob administração dos padres jesuítas o Ginásio seria a terceira tentativa de estabelecer um sistema educacional de administração jesuítica em Santa Catarina. Para cumprir o Decreto nº 4.245 de 1942, que trata dos estabelecimentos de ensino secundário no Brasil, o Ginásio passou então a se chamar Colégio Catarinense.

Estado de Santa Catarina que lhe deu significativo destaque acadêmico (SCHMITZ, 2009).

Em 1971, foi nomeado presidente do Conselho de Cultura de Santa Catarina onde atuou por pouco tempo. Para o pesquisador Alfredo Bronzato da Costa Cruz (2012) era flagrante a incompatibilidade entre o Pe. Rohr e um governo que promovia a exploração econômica de maneira tão brutal, sendo Pe. Rohr um preservacionista “disposto ao escândalo e ao martírio” (CRUZ, p. 145) este preferiu se afastar do cargo de maneira discreta. Ainda segundo CRUZ (2012) o motivo de Pe. Rohr ter sido convidado para a presidência do Conselho de Cultura do Estado de Santa Catarina se deve a relação da Igreja Católica com o regime militar instaurado no Brasil à época. Sabe-se que em 1970 os membros do Conselho colocaram seus cargos à disposição do novo governador de Santa Catarina, filiado à Ação Renovador Nacional (Arena), Colombo Machado Salles. Como uma figura dotada de notável poderio acadêmico, Pe. Rohr seria naquele momento tanto uma excelente propaganda para o governo militar, com a provável finalidade de tornar a opinião pública mais favorável em relação ao regime, quanto uma maneira de apaziguar a relação Estado e Igreja Católica que se desgastou após o AI-5 (CRUZ, 2012, p.146-147). Somando se ao fato de que

O aprendizado das humanidades e da retórica, da filosofia e da teologia católica colocava os padres em um patamar elevado no universo intelectual brasileiro, não obstante o relativo isolamento a que estavam fadados justamente por sua disparidade de conteúdos e preocupações em relação à boa formação educacional laica (CRUZ, 2012, p.149).

O Padre Rohr teve sua trajetória iniciada na arqueologia no ano de 1958, quando fez sua primeira escavação no sítio arqueológico Caiacanga Mirim em Florianópolis – SC, que tem a Base Aérea de Florianópolis como referência geográfica. Deste momento em diante dezoito projetos foram iniciados pelo padre totalizando 430 sítios arqueológicos registrados no estado de Santa Catarina. Fato esse que indica ser o Pe. Rohr o arqueólogo que mais havia escavado sítios no Brasil até aquele momento (CARBONERA, 2006, p. 378; FOSSARI, 2001; REIS, FOSSARI, 2009). Difundindo a arqueologia por meio de escolas práticas em suas escavações, onde o trabalho de campo era exercido por estudantes e professores, teve seu trabalho acadêmico publicado em noventa e duas revistas e jornais além das entrevistas para rádio e televisão. Dados esses que configuram o Pe. Rohr como um dos arqueólogos mais lidos no Brasil (SCHMITZ, 2009, p.18) “Dado este

reconhecimento de sua importância, a Sociedade de Arqueologia Brasileira conferiu em suas reuniões bianuais o Prêmio Padre João Alfredo Rohr aos arqueólogos de destaque.” (COMERLATO, 2014, p.4).

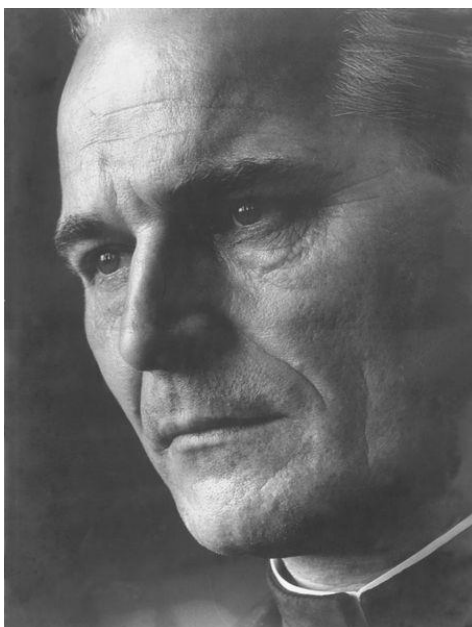
Antes de sua atuação como arqueólogo o Pe. Rohr atuou como professor e posteriormente gestor educacional na direção do Colégio Catarinense, isso nos anos 50. Dentro do Colégio, o Museu de História Natural do Colégio Catarinense (MHNCC), fundado no início do século XX, exercia a função acadêmica dada pela época aos museus, o de museu de todas as coisas sendo uma combinação de gabinete de curiosidades e de laboratórios, estimulando um espaço de pesquisa para os alunos e para o próprio padre Rohr “Depois deste primeiro contato, nunca mais o museu saíria de sua vida” (SCHMITZ, 2009, p.10)”. No acervo do MHNCC existiam coleções “de mamíferos, aves e ovos, anfíbios, moluscos, botânica e mineralogia, sendo enriquecido por doações de entidades e pessoas mormente alunos egressos do colégio e suas famílias” (DALLABRIDA, 2012, p.158). A importância do MHNCC na erupção do interesse por arqueologia do Pe. Rohr se deve a saídas de campo em busca de orquídeas, que foi quando o padre começou a encontrar sítios arqueológicos pela ilha de Santa Catarina e onde começou a formar o acervo que transformara o MHNCC no Museu do Homem do Sambaqui.

Considerado uma pessoa enciclopédica, o Padre Rohr adquiriu coleções diversas no decorrer de sua vida, chegando a comprar uma numerosa coleção de Carlos Behrenheuser, um negociante de tecidos de Florianópolis - SC, que segundo Schmitz contém cerca de 8.000 itens oriundos de sambaquis e cerca de 80.000 fragmentos de cerâmicas Guarani (SCHMITZ, 2009, p.13). Já em entrevista a Carbonera, o mesmo Schmitz, afirma que essa coleção continha 40.000 fragmentos (CARBONERA, 2006, p.377).

Considerado também equipe de uma pessoa só (SCHMITZ, 2009, P.18; CARBONERA, 2006, p.383) e um desses jesuítas antigos que trabalhava sozinho e não gostava de interferência ou palpites no seu trabalho (CARBONERA, 2006, p.378), quando recorria a ajuda nos grandes projetos preferia trabalhar com pessoas ligadas a Faculdade Estácio de Sá, alunos e professores, geralmente duas ou três pessoas que ele conseguia manter de maneira simples, oferecendo alimentação preparada pelo próprio e acomodações também alugadas por ele próprio.

O Museu do Homem do Sambaqui (MHS) foi fundado por Pe. Rohr no Colégio Catarinense em 3 de outubro de 1964, inicialmente sob o nome de Museu do Homem Americano, nomenclatura que permaneceu até 1965, se tornando a primeira instituição especializada em pesquisas arqueológicas do estado de Santa Catarina, formado graças a coleção catalogada e iniciada pelo Pe. Rohr. Sendo essa coleção contabilizada no ano de 1979 ¹² em 130.000 itens antropológicos e 12.000 arqueológicos (COMERLATO, 2014).

Figura 1 - Pe. João Alfredo Rohr



Fonte: Site Unisinos ¹³

O acervo atual do MHS consiste em “exemplares arqueológicos, eclesiásticos, etnográficos, malacológicos, numismáticos paleontológicos e animais taxidermizados” (COMERLATO, 2014, p.14).

Segundo Fossari, o MHS foi fundado com o intuito de ser um canal de divulgação do conhecimento, fruto da obstinada defesa e preservação do patrimônio arqueológico catarinense não podendo, portanto, ser visto como “uma mera mostra de objetos” (FOSSARI, 2001).

¹² Segundo o Cadastro de Museus Catarinenses da Fundação Catarinense de Cultura.

¹³ Disponível em: <<http://www.anchietano.unisinos.br/equipe/Rohr/imagens/Perohr.htm>>. Acesso em: 15 DEZ. 2020.

O fortalecimento das demais instituições museais de tipologia arqueológica e etnológica também foi uma característica do trabalho do Pe. Rohr. Em 1969 acompanha o convênio do Iphan para a criação do Museu do Homem do Sambaqui em Joinville (MASJ) (TAMANINI, 1994, p. 91). Atuou no mapeamento de 53 sítios arqueológicos em 1966 às margens do rio Uruguai, em Itapiranga a oeste de Santa Catarina. Em agosto de 1978, após campanha positiva difundida em rádio pela conscientização da população em prol da preservação dos sítios arqueológicos e seus objetos, o Museu Comunitário de Itapiranga foi fundado. Em 1977 escavações sob a sua tutela no sítio Laranjeiras originaram o acervo do Museu do Balneário Camboriú. Ações essas que denotam preocupações por parte do Pe. Rohr na participação e identificação das comunidades locais no reconhecimento dos patrimônios arqueológicos e culturais e um provável diálogo com a museologia social e uma consonância com os movimentos museológicos da década de 70. Ações que atuam em consenso com a Carta de Lausanne, que foi redigida em 1990, onde políticas de preservação do patrimônio arqueológico incluíam práticas de inclusão da população local na gestão e participação dos sítios.

Pe. Rohr se aproximou do grupo de intelectuais militantes em prol da preservação da arqueologia brasileira, participando de diálogos diversos, articulação essa que englobou vários estados brasileiros, e que envolveu responsáveis pela comissão do projeto de Lei nº 3.537 de 29 de novembro de 1957 que futuramente transformou-se na Lei nº 3.924/61 que dispõe sobre os monumentos e sítios arqueológicos e pré-históricos.

Durante os anos 1972 e 1977 atuou como representante do Iphan, na área de arqueologia, no Estado de Santa Catarina, período no qual denunciou prefeituras e comunidades que viviam da exploração indevida de sítios arqueológicos e sambaquis. Ou seja, intensa campanha de preservação do patrimônio arqueológico.

Com um sistema universitário ainda embrionário no Brasil, cabiam aos institutos históricos e geográficos a função de reunir pesquisadores interessados em indagar questões diversas. Criado em Porto Alegre em 1956 por professores jesuítas do Colégio Anchieta, o Instituto Anchietano de Pesquisas (IAP) nasceu com a missão de garantir a continuidade das pesquisas realizadas pelos cientistas por meio da publicação de seus trabalhos. Seus pesquisadores atuavam basicamente nas áreas de Humanidades, Filosofia e Teologia.

Após mudanças iniciadas na Companhia de Jesus por orientação da Igreja Católica nos anos 1960 e que impactaram o Colégio Anchieta diretamente, o IAP e suas pesquisas passam por um processo de mudanças durante os anos seguintes onde são finalmente absorvidos pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) em 1969.

Como um dos primeiros sócios do IAP, Pe. Rohr teve seus artigos publicados em sua revista e também no Livro da Família, também de publicação do Instituto, em português e alemão e com tiragem de 120 mil exemplares. Destaca-se sua divulgação gigantesca e os textos do Pe. Rohr como um dos maiores nomes da arqueologia brasileira do período sendo que ele dava “uma afeição muito especial aos esqueletos” (CARBONERA, 2006, p. 378).

Pertencer ao Instituto Anchietano de Pesquisas deu ao P. João Alfredo a possibilidade de publicar seus trabalhos e, depois de seu falecimento, garantiu a manutenção do acervo, o estudo e a publicação das escavações inéditas, a reinstalação do Museu e a continuidade da pesquisa. (SCHMITZ, 2009, p.13)

Como já mencionado, a primeira escavação do Pe. Rohr foi na Base Aérea de Florianópolis, onde localizou cinquenta e quatro esqueletos. Sendo que a etapa inicial da arqueologia brasileira estava muito marcada pelo salvamento de esqueletos (CARBONERA, 2006, p.385).

Salvar esqueletos enquanto os operários estavam desbarrancando a área para tirar areia, apareceu uns esqueletos e ele ficava então resgatando esqueletos. Esse foi o objetivo. Esse objetivo de salvar os esqueletos foi a razão de ele fazer as grandes escavações depois, foi sempre em função dos esqueletos, salvar o material humano. Ele escavou depois a Tapera durante anos e a razão principal foi escavar os esqueletos e salvá-los. Depois disso, ele descobriu esqueletos, apareceram esqueletos na praia das Laranjeiras, perto de Camboriú.” (CARBONERA, 2006, p.385).

Uma vez aprovada a Lei nº. 3924 no ano de 1961, a exigência de um mapeamento do patrimônio arqueológico a ser protegido se fez oficialmente e urgentemente necessária. Frente à dificuldade de se encontrar pessoal especializado à época, a demanda por pesquisadores independentes foi a política adotada. Sendo então nomeado representante do Sphan, devido a influência do então presidente do Museu Nacional e colaborador frequente do Sphan, Luís de Castro Farias, em Santa Catarina na década de 1970, exerceu a função sem receber um salário propriamente dito, apenas um orçamento anual oferecido pelo

Sphan, para custear os levantamentos. Posteriormente, a partir da década de 1970, uma bolsa de pesquisador oferecida pelo Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq). Atuou nos mapeamentos dos sambaquis e no combate contra a exploração dos mesmos, comprando brigas, fazendo restrições e inspeções mesmo sem ter propriamente um cargo, chegando inclusive a receber ameaças de morte por parte das empresas interessadas na exploração e extinção dos sambaquis (CARBONERA, 2006, p.382).

Quando não estava em campo, vivia numa velha casa que fazia parte do colégio, onde estavam sua cama, seus materiais de trabalho e os esqueletos e materiais que estava curando. Foi ali que morreu depois de entregar a seu jovem ajudante Rodrigo Lavina o último manuscrito e pedir que ele apagasse a luz. (SCHMITZ, 2009, p.17)

Após sua morte em 1984 sua coleção foi reunida no Colégio Catarinense, tendo em vista a possibilidade de a coleção ser transferida para a Unisinos no Rio Grande do Sul, o próprio Iphan tentou impedir que a coleção saísse de Santa Catarina, e segundo Carbonera (2006, p.387) o reitor do Colégio impediu a transição de todo material. Margareth Souza cita que não apenas o Iphan mas a comunidade científica se organizou em prol da permanência da coleção do Pe. Rohr em SC, sendo a “Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Paraná (UFP), Conselho do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) do Estado de São Paulo, Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Museu Nacional do Rio de Janeiro (MN), Faculdade Estácio de Sá, Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), Fundação Nacional Pró-Memória (FPM), Escritório Técnico do então Sphan em Florianópolis, e outros” (SOUZA, 2018, P.31). No fim, o tombamento da coleção permitiu que ela permanecesse em Santa Catarina.

Toda a coleção do Pe. Rohr, que estava em uma residência humilde, local onde o padre trabalhava e morava, fora transportado para o Colégio sob a orientação de ser acondicionada em melhor espaço. A citada coleção se encontrava em situação precária, e se tornou mais precária após o Colégio Catarinense perder o interesse em mantê-la, deixando-a fechada por longo período. Devido à pressão da imprensa nos anos subsequentes se restaurou o espaço e se revitalizou o museu e sua coleção (CARBONERA, 2006).

Os itens pertencentes a coleção de fragmentos, que fora adquirida de um comerciante de tecidos, que não dispunham de representações gráficas, ou seja, todos itens lisos, foram descartadas, sendo desconhecida a autoria da ordem do descarte. Fora embora “um caminhão cheio de cacos sem procedência” (CARBONERA, 2006, p. 389). Já toda a documentação e as fotografias referentes aos estudos do Pe. Rohr se encontra em posse do Coordenador da Arqueologia do IAP, Pedro Ignácio Schmitz (CARBONERA, 2006, p. 389).

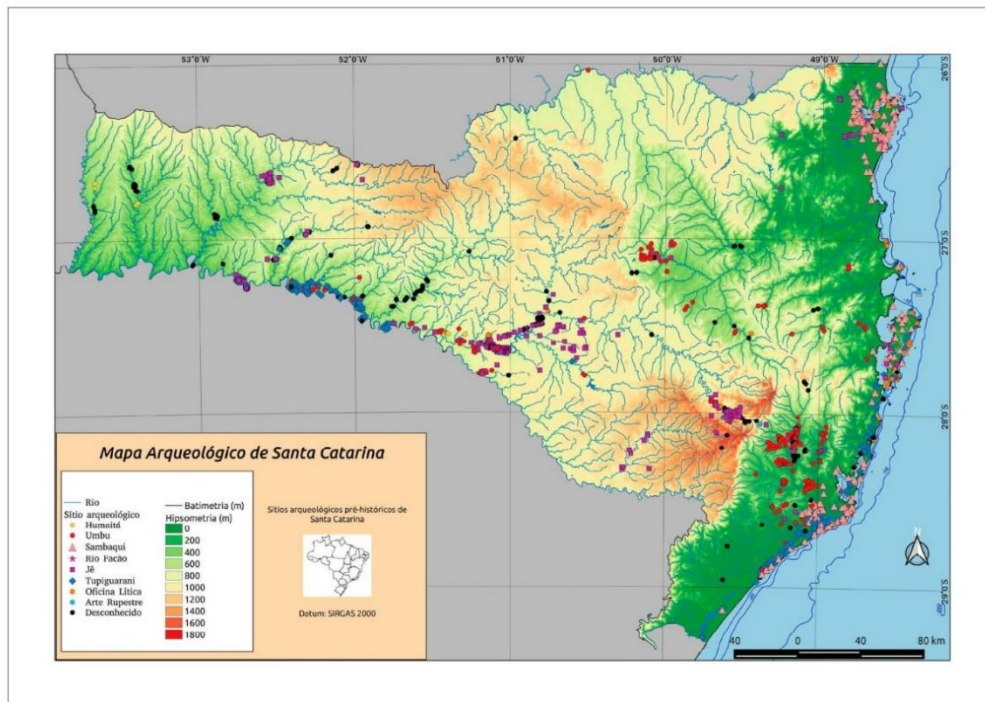
Existem fichas de esqueletos, isso existe, de alguns sítios que ele não chegou publicar, mas só os relatórios dos sítios que ele não tinha publicado. Eu acho que o resto ele fazia as anotações provisórias, organizava e destruía. (CARBONERA, 2006, p.389)

O percurso do Pe. Rohr na arqueologia foi extensivo e empírico, com dezenas de textos publicados e mais de quatrocentos sítios em que atuou ora nas escavações e localização ora no registro, o trabalho do Pe. Rohr evidencia uma arqueologia que apesar de embrionária possui características que a enquadram como uma arqueologia contemporânea. Comprometido com o resgate da cultura material enxergou nesse processo não apenas o registro material, mas também uma recuperação do patrimônio social. Presenciou e combateu a destruição de muitos sítios arqueológicos e sambaquis, registrando ocorrências e apresentando sugestões para enfrentá-las.

Para fazer o levantamento e reconhecimento dos sítios, Pe. Rohr fez uso de técnicas baseadas na sua própria experiência. E graças ao seu trabalho, não apenas sítios foram registrados como também localizados. Além dos sítios como popularmente conhecemos, também foram localizados os sítios de estruturas subterrâneas, ou “casas”, e as galerias subterrâneas. Tipos de sítios até então desconhecidos no estado de Santa Catarina (REIS; FOSSARI, 2009, p.270).

Vários procedimentos são descritos em suas análises sobre as pesquisas de campo destinadas ao reconhecimento e levantamento inicial de sítios arqueológicos em diferentes regiões catarinenses, procedimentos anteriores ao levantamento propriamente dito tais como a consulta à população residente na região a ser investigada, seu repertório folclórico sobre os sítios arqueológicos e sobre a população indígena que, originalmente, ocupou a região. (REIS; FOSSARI, 2009, P.268).

Figura 2 - Mapa Arqueológico de Santa Catarina



Mapa Arqueológico de Santa Catarina
Elaboração: Andreas Kneip - UFT/Unisul

Fonte: Coleção Arqueológica Pe. João Alfredo Rohr no Distrito Federal, p.21

Seu trabalho frente à preservação dos sambaquis na região sul também merece destaque. Sendo que em 1959, ano seguinte a sua primeira escavação junto a Base Aérea de Florianópolis, estudou treze sambaquis localizados na ilha de Santa Catarina (SCHMITZ, 2009, p. 13-14).

As pesquisadoras Reis e Fossari (2009) elucidam e enumeram fatos que apontam que o Pe. Rohr, mesmo sem formação específica, fazia uso de técnicas arqueológicas que foram levadas a cabo com seriedade e detalhamento surpreendente para a época. Técnicas como os procedimentos básicos de reconhecimento e levantamento, *survey* e a escavação. Uso de técnica denominada atualmente de escavação em área, que busca evidenciar a dimensão horizontal da área do sítio por inteiro. Constata-se a acuidade profissional ao tratar vestígios localizados nos sítios por meio de técnica de cimentação, técnica criada pelo próprio Pe. Rohr, que além da citada desenvolveu a técnica de decalque de petroglifos e a técnica de transporte de blocos-testemunhos (SOUZA, 2018, p.31). O surpreendente nível de detalhamento das descrições dos sepultamentos em sambaquis e da

estratificação, camadas do solo que são capazes de revelar ações humanas e processos naturais, no decorrer das décadas, dos sítios. Para tanto recorreu a um “verdadeiro exercício interdisciplinar” (REIS; FOSSARI, 2009, p.278) ao consultar diferentes especialistas e utilizou o conhecimento de outras especialidades científicas para chegar à identificação do material estudado.

Mesmo sem possuir um diploma acadêmico na área de Arqueologia, suas pesquisas proporcionaram um conhecimento fundamental sobre o entendimento das comunidades pré-coloniais que habitaram Santa Catarina. Seu trabalho é até hoje referenciado em pesquisas arqueológicas catarinenses. Trabalho esse que infelizmente corre perigo. Após levantamento realizado pela equipe arqueológica do Museu Universitário Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral, da Universidade Federal de Santa Catarina, no final da década de 1980 somente 30% dos sítios cadastrados por Pe. Rohr apresentavam um estado de conservação considerado razoável (FOSSARI, 2001).

O pesquisador Alfredo Bronzato da Costa Cruz (2012) caracteriza a pesquisa arqueológica do Pe. Rohr como aguerrida e indômita. A defesa do patrimônio arqueológico seguida pelo jesuíta era sistemática e racional, dona de uma rotina bem estruturada, com momentos de isolamento, meditação, atividade física e pastoral. Uma arqueologia que vai além da prática em campo ou em escritório, praticamente um estilo de vida religioso e que o próprio Cruz chama de “devoção arqueológica” onde é possível traçar a problemática entre a relação da religião com a ciência moderna, onde esta relação não seria única e sim “[...] discernida em função do conteúdo do discurso religioso específico em questão e em função de cada prática científica.” (Cruz, 2012, p. 150).

João Alfredo Rohr trabalhou incansavelmente, até seu falecimento em 1984, em prol da preservação do patrimônio arqueológico brasileiro. Foi um pioneiro não somente por travar essa luta, mas por desenvolver metodologias empíricas em um período em que a área arqueológica brasileira carecia de profissionais. Seu trabalho ganhou notoriedade devido sua determinação na defesa dos sítios arqueológicos e principalmente na proteção dos sambaquis, proteção conflitante com os interesses econômicos da indústria de cal da época. Considerado o pai da Arqueologia em Santa Catarina, entendia que para preservar o patrimônio teria que recorrer ao apoio da sociedade que o cercava, os tornando atores da própria preservação por meio de

esclarecimentos as comunidades atuais, mostrando sua preocupação não apenas em recuperar e registrar artefatos, mas em contextualiza-los e compreende-los. Seu acervo é dotado de um potencial investigativo expressivo não apenas para o campo arqueológico e antropológico como também museológico.

2.1 – A coleção arqueológica do Padre Rohr em Brasília: Academia Nacional da Polícia – Iphan – UnB

A coleção reunida no decorrer dos quarenta anos de pesquisas arqueológicas por parte do Pe. Rohr, com seus mais de oito mil itens e oitenta mil fragmentos configurando uma das mais importantes coleções arqueológicas do país, foi tombada pelo estado de Santa Catarina em 1984 e pelo Iphan em 1986, com inscrição no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (Processo 1.129-T-84). Esta coleção se encontra no já mencionado Museu do Homem do Sambaqui no Colégio Catarinense, em Florianópolis – SC e no Museu Arqueológico e Oceanográfico do Balneário Camboriú – SC, porém, parte dessa coleção foi encaminhada para Brasília, para Academia Nacional de Polícia Federal (ANP) pelo próprio Pe. Rohr nos anos 1970 e 80. O conhecimento desta coleção veio à tona no ano de 2015 após demanda rotineira do Departamento de Patrimônio Material (Depam).

O processo de tombamento pelo Iphan ocorre em duas etapas na verdade, em 1985 a coleção do Pe. Rohr é tombada pelo Iphan, porém não ficou explicitado no parecer da Conselheira Maria Beltrão, redatora do processo 1.129-T-84, que as coleções do Balneário Camboriú e de Brasília também deveriam ser tombadas, equívoco usual tendo em vista uma numerosa coleção e que foi corrigido no ano seguinte. Logo, em 1986 toda a coleção encontrava-se tombada.

Ao questionarem a Academia de Polícia Federal sobre o paradeiro desta coleção, a mesma deu o parecer de que não possuía nenhum conhecimento da referida coleção. Possivelmente estaria perdida em algum depósito.

Finalmente localizada, mais de sessenta dias foram necessários para que os servidores da ANP localizassem a coleção na própria reserva técnica do Museu da ANP, e visto que a atual missão do Museu da ANP é de expor itens oriundos das

ações policiais, esta coleção foi encaminhada para a Sede do Iphan-DF, onde foi realizado o registro fotográfico e a mensuração das peças de acordo com a Ficha de Cadastro do Bem Arqueológico Móvel, seguindo as recomendações da Portaria do Iphan nº 196, e em seguida encaminhada para o Museu de Geociências (MGeo) da Universidade de Brasília (UnB) onde seu acesso ao público seria exercido, assim como continuaria à disposição dos agentes do curso de formação da Polícia Federal, motivo original que fez com que Pe. Rohr doasse esta determinada coleção, com 173 itens, à instituição.

Para fins de pesquisa, abordarei neste trabalho uma análise qualitativa referente a estes 173 itens, tratando principalmente do seu percurso institucional e da provável existência de descontextualização desta coleção e seus itens.

Esta coleção foi doada em vida pelo Pe. Rohr em duas etapas, a primeira com trinta itens em 1977 e a segunda em 1981 quando 173 itens foram doados oficialmente. Como já citado, todos os itens foram tombados pelo Iphan e seus artefatos são provenientes de sítios arqueológicos de grupos de pescadores-caçadores-coletores e de ceramistas dos povos Jê e Tupi-Guarani localizados na atual Santa Catarina assim como artefatos de sítios da ilha de Marajó- PA, que provavelmente fazem parte da coleção comprada de Carlos Berenhauser.

Como ferrenho defensor do patrimônio arqueológico brasileiro, Pe. Rohr travou inúmeras batalhas em sua defesa. Uma de suas ações para reprimir a atuação destrutiva aos sítios arqueológicos se dá por meio de doação de parte de sua coleção a ANP, para que os agentes federais em formação fossem capazes de reconhecer o patrimônio arqueológico e assim atuar contra a sua depredação, furto e outros tipos de males que acarretariam na devastação dos sítios arqueológicos brasileiros.

A primeira doação desta determinada coleção ao Museu da ANP foi intermediada entre a Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina e a direção do Museu do Homem do Sambaqui no ano de 1977 (Ofício nº 1.701/GAB/SR/DPF/SC de 1977), em 1981 uma segunda doação de peças arqueológicas foi solicitada pelo diretor do Departamento de Polícia Federal ao Pe. Rohr (Ofício nº 1.404/81/GSR/SC de 1981) também por intermédio da Superintendência Regional. O interesse na instituição policial mostra uma possível

organização interna em prol de valorizar e proteger o patrimônio arqueológico, como era o desejo do próprio Pe. Rohr.

O acervo em Brasília é constituído por peças de pesquisas realizadas por Rohr em sítios arqueológicos do estado de Santa Catarina, nos municípios de Florianópolis, Balneário Camboriú, Jaguaruna, Laguna, Itapiranga e Urubici, relacionado a ocupações iniciadas há aproximadamente 12.000 A.P. (Antes do Presente) no litoral e no interior de Santa Catarina por grupos de caçadores-coletores (cultura Alto-paranaense), de grupos de pescadores-caçadores-coletores (construtores de sambaquis), grupos agricultores vinculados às tradições Tupi-Guarani e Itararé-Taquara e do povo Jê (Xokleng e Kaingang). Consta ainda com uma peça sem identificação da origem, possivelmente do Rio Grande do Sul, visto que há uma marcação “rs”, e algumas peças indicadas pelo próprio Rohr como de origem da Ilha de Marajó, estado do Pará. (SOUZA, 2018, p. 32)

Do Museu da ANP, onde foi mantido em exposição por tempo indeterminado, esta coleção foi acondicionada em sua Reserva Técnica. Sendo que, de acordo com a Informação Técnica do Iphan nº 004/2016 onde é citado, segundo depoimentos dos servidores da ANP, que a mencionada coleção nunca esteve em exposição no Museu da ANP.

Sendo os itens que constituem essa coleção doada ao Museu da ANP

A coleção arqueológica doada por Pe. Rohr representa as estratégias culturais de grupos pré-coloniais, a partir da diversidade de peças que a constitui, como instrumentos líticos lascados, polidos e semipolidos (picão, machado curvo, serrote, faca, raspador, picareta, lâminas de machados, percutores, amoladores, mão de pilão e adornos); instrumentos sobre ossos e dentes de peixes e mamíferos (pontas produzidas a partir de ossos de aves, adornos sobre dentes de mamíferos e peixes); restos ósseos humanos e de seláquios (crânio com mandíbula, fragmentos de mandíbulas); e instrumentos de conchas – adorno confeccionado sobre carapaças de gastrópodes e conchas naturais. (SOUZA, 2018, p. 32)

Após consulta, realizada pela pesquisadora Margareth Souza, ao Processo de tombamento nº 1.129-T-84 constatou-se que não havia registro unitário do tombamento dos itens doados ao Museu da ANP (SOUZA, 2018, p. 53). Seguindo a Portaria do Iphan nº 196 de 2016 foi realizado um inventário, sendo que o acervo foi contabilizado por unidade e não por conjunto, totalizando 173 unidades onde a marcação original de 1981 foi mantida (SOUZA, 2018, p. 54). Nesta etapa a pesquisadora identificou a existência de itens que não constavam nos registros da segunda doação. Indicando itens a mais e que, segundo a própria, constavam como integrantes do acervo do MHS e que se encontravam “não localizados” dentro do MHS.

A pesquisadora Margareth Souza (2018) aponta em seu artigo observações em relação ao estado de conservação de vários itens, onde é possível identificar uma quantidade excessiva de marcas que indicam o uso de esmalte, etiquetas

adesivas, cola - para fixação em suportes para exposição - e tinta. Constam nos documentos do Processo nº 01551.000107/2016-50 ¹⁴que tais marcas já se apresentavam nos objetos no momento de sua chegada ao Museu da ANP.

Outra observação feita pela pesquisadora no mesmo artigo

Outra constatação refere-se ao quantitativo da listagem do ano de 1981, que apresenta pequenas divergências entre a indicação do número de peças na listagem e a marcação na própria peça, por exemplo, a de “nº 18 Amuleto de lâmina de diabásio perfurada” consta que é originária do Sambaqui Praia das Laranjeiras-Balneário Camboriú-SC, entretanto, conforme marcação na peça, refere-se ao Sambaqui Cabo de Santa Marta, no município de Laguna-SC. Outra divergência é no item nº 6 da listagem de peças remetidas em 1988, pois não consta a presença de uma (1) ponta óssea e de um (1) artefato sobre dente de tubarão, ou seja, são oito (8) pontas de flecha de ossos de aves, cortados longitudinalmente e mais um artefato, do Sítio Praia das Laranjeiras– Balneário Camboriú-sc. (SOUZA, 2018, p. 54).

O processo do Iphan nº 01551.000107/2016-50 trata do trâmite da coleção dentro de Brasília, com suas mais de trezentas páginas ele detalha o diálogo entre o Iphan e as instituições a fim de recuperar e salvaguardar a coleção que a princípio se imaginava perdida. Documentos que constam nesse processo e que merecem ser mencionados incluem matérias de jornais que tratam da vida e da obra do Pe. Rohr, e que imputam ao padre um caráter impar além de um trabalho exemplar, e ofícios oriundos das instituições que se reuniram em prol da ameaça da coleção do Pe. Rohr sair de Santa Catarina após seu falecimento. Como já mencionado neste trabalho, houve uma comoção para que não houvesse a transferência e desmembramentos da coleção.

Desde 2018 o MGeo da UnB se tornou a instituição de guarda ¹⁵de todo material arqueológico encontrado no Distrito Federal, antes disso o material encontrado na capital federal era encaminhado, entre outras instituições, para o Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) – vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPE) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás

¹⁴ O processo número 01551.000107/2016-50 se refere as ações de fiscalização realizadas pelo SE-Iphan-DF na ANP, com inserção de toda documentação de referência, inclusive o processo de tombamento da coleção do Pe. Rohr.

¹⁵ Segundo o art. 6, §8 da Portaria do Iphan nº 230 de 17 de dezembro de 2002, após coleta do material dotado de características significativas de um sítio arqueológico este deve ser encaminhado para uma instituição de guarda na área, região ou município onde as pesquisas arqueológicas foram realizadas onde profissionais tecnicamente capacitados se responsabilizam pelo material recuperado.

(PUC Goiás) em Goiânia - GO, esse processo de transferência de uma instituição para outra se dá por intermédio do Iphan.

Foi cogitado a criação de um museu no Parque Ecológico Três Meninas em Samambaia - DF, local esse que seria então responsável pela salvaguarda do material arqueológico no DF e onde foi realizado um achado arqueológico de mais de 100 mil itens. Como foi constatado que o local não oferecia condições mínimas de segurança tanto para o material arqueológico quanto para visitantes e funcionários descartou-se a ideia e o MGeo, como instituição que já possuía capacidade de abrigar e conservar material, se comprovou instituição adequada para o fim.

A instrução normativa nº 001/2015 estabelece os procedimentos quanto aos processos de licenciamento ambiental que cabem ao Iphan, essa instrução normativa também rege os procedimentos para achados arqueológicos no seu artigo 18, inciso quatro onde deixa explícito que o Arqueólogo Coordenador ao iniciar seu Relatório de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico deverá indicar a instituição de guarda e pesquisa para o material arqueológico recuperado, essa instituição deve obrigatoriamente por lei ser do mesmo estado onde os itens foram recuperados. Sendo da responsabilidade do arqueólogo a conservação do patrimônio durante a etapa de campo e da Instituição de salvaguarda após seu posterior recebimento.

A partir dos aspectos abordados até o momento, no próximo capítulo será tratada uma reflexão sobre como coleções arqueológicas podem ser esvaziadas de sentido, descontextualizadas. Para isso farei um estudo empírico levando em conta tanto a história de vida e profissional do Pe. Rohr quanto sua coleção que atualmente se encontra no MGeo-UnB. Finalmente, pretendo demonstrar o papel que cabe a uma instituição museal nesse cenário conflituoso da memória.

Capítulo 3 – Coleções arqueológicas descontextualizadas e sua relação com museus

Dispõe a Lei 3.924 de 1961 sobre os parâmetros de proteção sobre o patrimônio arqueológico de qualquer natureza no território brasileiro sendo a referida Lei, complementar ao Artigo 175 da Constituição Federal brasileira que coloca o patrimônio arqueológico sob a égide do Poder Público. No Artigo 2º da Lei 3.924 é especificado quais são os patrimônios arqueológicos protegidos: jazidas de qualquer natureza que representem a cultura indígena brasileira (incluindo aqui os sambaquis), sítios arqueológicos identificados ou não como cemitérios e os locais onde é identificado vestígios de atividade humana, como as pinturas rupestres.

O direito a escavação arqueológica somente é cedido mediante autorização da União, estando sob a responsabilidade do Iphan que estabelece as condições a serem respeitadas para liberação das escavações. Um delegado, designado também pelo Iphan, é então encaminhado a inspecionar as escavações quando conveniente, cabendo ao Iphan cassar a permissão nos casos de descumprimento das condições estabelecidas. Uma vez sendo localizado qualquer artefato arqueológico, o Iphan deverá ser comunicado imediatamente e nenhum artefato (arqueológico, pré-histórico, numismático ou artístico) recuperado em território brasileiro poderá ser transferido para o exterior sem previa autorização do Instituto.

O Iphan estabelece os procedimentos para requerimentos de autorização de escavação arqueológica por meio de sua Portaria nº 07/88 onde determina, dentre outros temas, a entrega do relatório final dos trabalhos, que consiste dos relatórios técnicos, listagem de sítios arqueológicos cadastrados durante o desenvolvimento do projeto e a relação do material arqueológico recolhido, respondendo o arqueólogo responsável, pela sua elaboração.

O Pe. Rohr foi um profissional autodidata em um campo acadêmico inicial no Brasil, que atuou com base muitas vezes empíricas e que resultaram em acertos e erros, muitos dos quais, imagino, ocorreram na prática. Seu percurso é louvável e seu legado inegável e, dentro ou fora da arqueologia, seu trabalho sempre foi atrelado a elogios. Como mostra Alfredo Mendonça de Souza (1972) em um levantamento datado de 1972, a maior parte dos pesquisadores envolvidos com a Arqueologia na época não possuía formação específica na área, profissionais das

áreas de História, História Natural, Geologia e Biologia eram os que mais realizavam estudos na área arqueológica.

Na arqueologia, área estudada para este trabalho, Pe. Rohr é reconhecido não apenas em Santa Catarina, mas nacionalmente, reconhecimento que fez com que sua coleção e o corpo documental anexado a ela fosse tão quisto academicamente e pelo público em geral.

Sua primeira escavação oficial data de 1958, no sítio Caiacanga Mirim-SC; nos anos 50, durante sua passagem como professor no Colégio Catarinense, Pe. Rohr, que a época era um orquidólogo ¹⁶amador, já se deparava com achados arqueológicos, e suas escavações careciam das normas técnicas oficiais. Ação que o próprio reconheceu ao atuar na redação da Lei 3.924 em 1961 em conjunto com outros intelectuais da época e ao trabalhar pelo Iphan, Sphan na época, como seu representante em Santa Catarina.

Se o trabalho de Pe. Rohr é também memorável pelo cuidado que teve com seus achados essa regra nem sempre se faz presente, como ocorre no caso da coleção do comerciante de tecidos Carlos Behrenheuser onde sua coleção foi adquirida a partir de permuta com os moradores locais de Santa Catarina e possivelmente de outros estados brasileiros já que a existência de objetos sem identificação é reconhecida quando se fala desta coleção em específico. Prática onde um colecionismo que parte de uma tipologia puramente exótica impera e caminha em direção contrária à proteção da materialidade histórica que o Pe. Rohr empregava.

Para essa proteção foi possível identificar no percurso do Pe. Rohr uma preocupação no reconhecimento das comunidades locais na potencialidade e na preservação dos achados por meio dos museus fomentados por meio do seu trabalho. Seu combate à exploração e destruição dos sambaquis ¹⁷pela indústria

¹⁶ A orquidologia trata sobre o estudo das plantas chamadas orquídeas. O orquidólogo é um cientista que possui área de atuação centrada em pesquisas sobre as orquídeas. Geralmente possuem formação acadêmica em áreas relacionadas ao estudo de plantas como Biologia, Ecologia, Agronomia e outras.

¹⁷ Os estudos de Castro Farias a respeito dos sambaquis de Santa Catarina foram consultados para redigir um anteprojeto da Lei 3.924 (BARRETO. 2019. p.49) e falar em Sambaquis de SC sem citar o trabalho do Pe. Rohr é praticamente impossível.

calcária que lhe causaram inúmeras ameaças assim como seus textos que formam uma valiosa massa documental arqueológica sul-brasileira.

Retornando a questão do material recuperado nas escavações, uma vez informado ao Iphan do seu achado o mesmo deverá ser encaminhado para uma instituição de salvaguarda, frequentemente instituições museais. Essas instituições devem fornecer guarda permanente aos achados, conservando os itens a fim de garantir, sempre que possível, acesso ao conhecimento para todos.

A documentação museológica se inicia no ato de chegada de um objeto a uma instituição museológica, no caso da documentação museológica atrelada a objetos arqueológicos esta documentação se inicia antes mesmo do ingresso do artefato com informações provenientes dos sítios. De caráter estrutural, ela registra e permite um controle do que entra e do que sai de uma instituição museal. A documentação também registra suas informações físicas e históricas gerenciando acervos de maneira escrita e visual. Seu objetivo é então proteger ao musealizar o artefato. Indo além da sua descrição física, a documentação museológica atua em prol das pesquisas posteriores sobre o objeto em questão que atuam na melhora da percepção que o público tem sobre o próprio objeto.

O relatório final de campo, que registra toda a documentação sobre o sítio arqueológico, é o instrumento básico para gestão do patrimônio arqueológico. Toda sua documentação alimenta futuras pesquisas contribuindo para o conhecimento e para a preservação do patrimônio arqueológico. Obedecendo o Art. 27 da Lei 3.924, onde trata do cadastro de sítios localizados, o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), de gestão do Iphan, atua como um banco de dados virtual para a documentação gerada no ato de identificação de um sítio.

Em 1937 foi fundada o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), mas vale destacar que mesmo o SPHAN sendo a primeira instituição governamental de proteção ao patrimônio arqueológico brasileiro, este não foi o primeiro órgão a se comprometer a proteger nossos achados arqueológicos.

Antes da criação do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Sphan em 1937, além dos museus, já existiam entidades públicas que cuidavam da preservação patrimonial. A Inspeção de Monumentos Históricos (criada em 1934 e extinta em 1937) e o Serviço de Proteção Florestal(1921 - 1933)

também agiam nesse sentido, comprovando a participação de outras instâncias ligadas, inclusive, a áreas não culturais na proteção ao patrimônio cultural, (como é o caso do Serviço Proteção Florestal e o Conselho de Fiscalização de Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (1933-1968) do Ministério da Agricultura), fazendo-nos entender que a divisão de responsabilidade adotada pelos órgãos públicos era realizada levando-se em conta o aspecto da preservação e não as características arqueológicas, artísticas, científicas ou ambientais dos bens em questão (PINHEIRO DA SILVA, 2007, p. 09).

A responsabilidade do Iphan frente ao zelo dos bens arqueológicos se inicia em 1937, mas somente em 1997 se padroniza as normas quanto identificação de sítios arqueológicos, treze anos após a morte do Pe. Rohr. Vale destacar também que a profissão de arqueólogo só foi regulamentada por meio da Lei nº 13.653 de 18 de abril de 2018.

Não há no Brasil um sistema padronizado de documentação museológica, cabendo a cada museu a elaboração de uma ficha catalográfica que abarque as necessidades de cada coleção. No caso dos objetos arqueológicos a Portaria do Iphan Nº. 196, de 18 de maio de 2016 estipula que a Ficha de cadastro de bem arqueológico móvel deve ser preenchida e ser integrante do relatório final de pesquisa de um sítio arqueológico que por sua vez levanta informações que estão relacionadas aos objetos arqueológicos sem necessariamente estarem inseridas no objeto, ou seja, informação extrínseca, onde uma cópia é encaminhada à instituição responsável pela guarda final do achado.

O relatório final de pesquisa agrega informações sobre o sítio, sua geografia, geologia, biologia assim como os dados arqueológicos, relacionando o objeto recuperado ao contexto de um sítio, esse relatório prevê que o processo de escavação que recupera o artefato de um sítio também o destrói impossibilitando segundas leituras.

Como especificado na própria Portaria nº. 196, principal ferramenta de gestão dos bens, um processo de pesquisa e recuperação que necessita de uma instituição interessada na continuidade dessa pesquisa, não apenas guarda, e para essa continuidade toda e qualquer documentação referente ao trabalho de campo primordial.

Segundo estudo precedente, realizado durante a participação de um projeto de iniciação científica, ao Guia dos Museus Brasileiros, publicação de 2011 do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), existem 450 museus de tipologia antropológica, sendo estipulado que cerca de 400 destes estão em funcionamento a data (SOUZA, 2019, p.6). Segundo busca realizada na plataforma Museusbr em janeiro de 2021 em todo território brasileiro existem 120 museus dedicados a tipologia arqueologia e antropologia, a ferramenta de busca mescla as duas áreas automaticamente.

O museólogo não atua no trabalho de campo da maneira que um arqueólogo atua, cabendo ao museu uma função de guarda pós coleta em campo sendo a museologia social um movimento da museologia que tende a diminuir essa distância entre objeto pesquisado e comunidades representadas. Em contrapartida temos museus que atuam somente como depósito para material de coleta arqueológico tendo em vista uma frequente incorporação de objetos reunidos por arqueólogos que refletem interesses políticos.

Quando tratamos de um objeto de museu devemos ter em mente a constante realocação do mesmo entre museus, cada um portador de uma ficha catalográfica que atende as suas próprias necessidades. Mais uma vez, o objeto arqueológico é germinalmente ligado ao sítio de sua recuperação e suas propriedades extrínsecas dependem de pesquisas posteriores.

As instituições de memória apresentam determinado discurso sobre a realidade, um discurso influenciado (de maneira interna ou externa) pela própria instituição de memória. Compreender esse discurso é saber que onde existe lembrança também existe esquecimento, sendo o poder, um dos catalizadores dessa relação. Levando-se em conta o poder da memória em construir, ou impedir, mudanças sociais, se faz necessário uma atenção ao passado bem direcionado ao presente, para que a memória da natureza e da vida não exclua o que não for enquadrado como “relevante” por quem tem poder de selecionar a memória a ser recordada (CHAGAS, 2002).

Portanto, a conservação das ciências, artes e monumentos, destina-se aos “homens livres”, aos burgueses bem sucedidos. Os que não sabem, os que não apreciam as artes, os que não se identificam com os monumentos são “bárbaros” ou “escravos”, e em qualquer caso são excluídos politicamente do processo de construção de memória. (CHAGAS. 2002. p. 50)

Como uma instituição pública, cabe aos museus ser uma instituição que oriente seu trabalho não para a qualificação da cultura hegemônica mais sim para favorecimento do saber local. Sua atuação como dispositivo disciplinar, uma vez que lhe é imbuído a característica de definir o que se pode lembrar e como se deve lembrar, atuante contra o saber local entra em conflito com a ideia de museus como equipamentos de trabalho dotados do poder de memória para o desenvolvimento social (CHAGAS, 2002).

CHAGAS (2002) defende a ideia de que onde há memória, há poder, que o exercício do poder constrói lugares de memória que geram mais poder. Conclui o autor que, as instituições de memória ao se orientarem para o passado, e ignorando o presente, criam espaços coercitivos.

Citando NORA “Há locais de memória porque não há mais meios de memória” (1993). Os museus são claramente dotados de um potencial espaço físico, com capacidade de aniquilar traços da memória que resultariam em práticas etnocidas, porém, como cita Bellaigne, “mas não é necessário chegar até este ponto: sem necessidade de aniquilar, pode-se ocultar, pode-se disfarçar” (2009, p.88). Em se tratando de coleções, e especificamente coleções arqueológicas, é notável o que a falta de responsabilidade atrelada ao corpo documental é capaz de promover incoerências sobre as coleções. Reforço que trabalho do Pe. Rohr foi além da mera coleta e que houve uma proposta por sua parte em registrar seus achados, mesmo que essa proposta tenha sido realizada, sob a ótica atual, de maneira autodidata, sua documentação é tão relevante quanto seus achados, não devendo, portanto, estar separada dos mesmos sob o risco de perda de significados dos objetos recuperados.

Segundo Maria Cristina Bruno (2014) a musealização arqueológica no Brasil trilha caminhos na articulação como legado patrimonial onde a ligação entre os vestígios arqueológicos e as instituições museais é construída tendo em vista distintos contextos culturais, sendo o território um provedor da memória por meio da articulação entre a interpretação arqueológica e a salvaguarda museológica. Nessa ligação, a potencialidade do território é de fonte estruturadora para os processos museológicos, porém, a pouca visibilidade reservada aos objetos arqueológicos os insere em uma estratigrafia do abandono.

A problematização sob as implicações da memória, quando se refere a instituições museológicas de cunho arqueológico, impacta diretamente o território estudado e seus habitantes, a nível local ou global, contribuindo em questões identitárias. Fatos que corroboram com a iniciativa de se manter coleções arqueológicas nos seus territórios originários e devidamente documentadas.

Padre Rohr atuou em processos que findaram na seleção de objetos arqueológicos que valorizaram a comunidade catarinense, selecionando o que, para ele, era relevante para a memória de Santa Catarina. Com o tombamento a nível municipal da sua coleção é reconhecido por parte do estado de Santa Catarina sua relevância para a trajetória do estado e contribuição arqueológica. Posteriormente, com o tombamento a nível nacional se reconheceu a existência de uma função social em sua coleção, função capaz de articular o território com a memória.

Valendo-se das expressões culturais provenientes dos territórios brasileiros, os museus europeus estão muito mais empenhados na reconstrução de seus processos colonizatórios (BRUNO, 2014). Essa expressão também pode ser verificada nos próprios museus arqueológicos brasileiros, ações como a criação do MHS por parte do Pe. Rohr são importantes na contextualização do patrimônio arqueológico nacional no que tange a sua salvaguarda, um museu interessado diretamente na influência do bem arqueológico a fim de fomentar pesquisas que valorizem o território originário de suas coleções.

A pesquisadora Maria Cristina Bruno (2014) destaca em seu artigo *Musealização da Arqueologia: caminhos percorridos* a perda de espaço físico das coleções arqueológicas em museus, e conseqüentemente dos próprios museus de Arqueologia frente ao avanço de outras tipologias museológicas. Se inicialmente a coleção do Pe. Rohr fazia parte do MHNCC, um museu de história natural, e que devido a constante trabalho de recuperação de itens de Pe. Rohr necessitou de um espaço próprio que favorecesse seu acervo, momento em que a primeira instituição de cunho arqueológico de Santa Catarina foi criada, o MHS. A autora chama a atenção para o último estágio dessa perda de espaço, onde a proliferação de museus de História e Arte ocorre e um apequenamento dos espaços arqueológicos e conseqüentemente de pesquisas. Outro fator que evidencia a importância tanto do tombamento quanto da coleção do Pe. Rohr afim de manter preservado seu legado acadêmico, permitindo uma regionalização do seu trabalho que acarreta

quantitativamente e qualitativamente em pesquisas tanto museólogas como arqueológicas.

A fundação de um museu próprio para os achados arqueológicos se mostra em concordância com a comunidade científica do século XX e um passo em direção contrária ao museu de todas as coisas tão característico dos séculos anteriores, essa reorganização em favor de instituições puramente arqueológicas demonstra um processo consciente de problematização próprio ao universo arqueológico.

Sobre a relação coleções arqueológicas e museus, Maria Cristina Bruno (1996, p. 301) aborda o fato de as instituições sul-americanas terem pouca biografia histórica e que é possível identificar um aumento de museus de arte que foram alimentados por coleções arqueológicas, o que indica uma possível artificação¹⁸ do bem arqueológico, cabendo a coleções relacionadas a períodos mais recuados a transferência para museus de história natural ou arqueológicos. Esse movimento das coleções arqueológicas em direção a museus de Arte e museus de História é influenciado pelo recorte oferecido pela instituição mantenedora da coleção, um objeto irá transitar entre seus valores a depender do museu de sua permanência, o que reverbera na maneira que um objeto é estudado e pesquisado. Aqui, o que quero afirmar não é uma possível incompetência por parte acadêmica de historiadores ou artistas, mas sim o impacto que uma coleção arqueológica sofre ao ser incorporada, com a provável motivação de ser exibida levando em consideração características exóticas. Ao se fazer esse exercício de forma contrária, uma coleção artística ou histórica em um museu arqueológico, ficam mais evidentes os impactos que a museografia e as pesquisas subsequentes sofrerão.

A tendência museológica no século XX foi o de fomento a instituições interessadas em construir a herança patrimonial longe da ótica europeia, como uma instituição já solidificada mundialmente, o museu ainda ocupa a função de local do saber e guarda, sendo essas coleções provenientes de localidades além daquela a qual o museu está erigido.

¹⁸ Segundo Roberta Shapiro (2007) artificação é um processo que transforma a não-arte em arte, fruto da extensão das artes já estabelecidas objetifica culturas ao requalificá-las com o intuito de enobrecê-las. Essas mudanças promovem não apenas a transformação do conteúdo de um objeto como também a forma de uma atividade.

O interesse pelo passado puramente exótico é uma característica estrutural das coleções arqueológicas e conseqüentemente os museus arqueológicos do passado. Sendo que de maneira geral, museus são fundados baseados no conceito de posse, seja material ou espiritual.

Exposições realizadas a partir de expedições científicas contribuíram para a Etnologia se estruturar junto ao campo museal e promover rupturas e inovações ao processo de musealização, sendo o mais notável a contextualização das coleções arqueológicas. A contextualização do bem arqueológico, que consiste na “transferência da atenção do artefato para o contexto cultural” (BRUNO, 1996, p. 304), é um processo que se inicia durante o século XX que introduz a ideia comunicacional do objeto arqueológico onde as linguagens de apoio, valor extrínseco, foram tão valorizadas que o próprio objeto passa a ficar em segundo plano.

A museologia atua, por meio da Arqueologia, como instrumento científico em processos de representação da atividade humana local. Locais de relevância arqueológica e seus achados são portadores de múltiplas interpretações, o desenvolvimento de pesquisas vinculado a essas coleções está em íntima relação com seu local de achado o que possibilita a reaproximação da sociedade com seu próprio patrimônio. Inúmeros objetos arqueológicos, que sobreviveram as espoliações coloniais, atualmente fazem parte de acervos de museus ao redor do mundo, onde atuam como legitimadores de discursos políticos nacionalistas. A implantação de museus e ações museológicas em locais de relevância arqueológica atuaria como uma ferramenta de proteção constante ao bem arqueológico brasileiro que combateria de frente essa política eurocentrista.

No artigo da pesquisadora Maria Cristina Bruno (1996) são citadas instituições museais com coleções arqueológicas que praticam processos de contextualização de seus achados: o Museu Nacional de Antropologia no México, que simboliza a representação do povo mexicano, um espelho onde eles possam se reconhecer onde as coleções evocam o passado monumental das comunidades pré-coloniais. Exemplo que também ocorre na Colômbia, Equador e Costa Rica; o Museu Monográfico de Conímbriga em Portugal; o Museu Arqueológico R.P. Gustavo Le Paige S.J., da Universidade del Norte no Chile. Em comum todos esses museus priorizam não a acumulação de vestígios do passado, mas sim a relevância

da área em que foram recuperadas suas coleções, cada um baseando sua musealização em conceitos de nacionalidade contextualizados pelos seus indicadores de memória, objetos recolhidos e sítios. Mais uma vez a museologia sendo evocada para construção de espaços o que evidencia seu potencial social.

Uma vez que as instituições de memória também atuam no esquecimento, a descontextualização arqueológica ocorre quando o valor extrínseco de um objeto é valorizado unicamente pelo seu exotismo, pela sua estética particular. A contextualização de um objeto não ocorre por ação cenográfica, que visa encher os olhos do público sob uma perspectiva estética, mas sim por meio da valorização do território originário.

Quando Brulon (2015), que em seu artigo trata dos museus e coleções etnográficas, chama o patrimônio, que pensado como arte e exposto sob uma ótica europeia, de patrimônio deslocado, ele chama a atenção para o processo de perda de valores que um objeto recebe ao ser introduzido no círculo artístico. Ao serem introduzidos nessa esfera particular de valorização o objeto é privilegiado pelo seu valor exótico e artístico e que, por sua vez, gera valores de “unicidade” e “originalidade”, valores que contrapõem o sentimento de coletividade do qual são originários os objetos.

As instituições museais europeias no século XX estavam mais dispostas a construir sua própria identidade nacional tendo como base o processo de dominação colonial. Nesse cenário os objetos coletados fazem parte de um regime de valores que os remete à arte, conceito ocidental não partilhado pelos produtores dos objetos, puramente na tentativa de tornar familiar o que é estrangeiro, produzindo nesse processo reinterpretação da cultura do Outro um patrimônio cultural que reflete muito mais a cultura do intérprete do que do interpretado (BRULON, 2015).

Os museus assim como os objetos “[...] são portadores de *mundos imaginados*, e a sua “verdade” depende tanto da sua capacidade de evocar esses mundos como da capacidade do observador de imaginá-los” (BRULON, 2015, p. 43, grifo do autor).

Atuando em instituições e comunidades diversas, Pe. Rohr tem como resultado de seus anos de pesquisas acadêmicas a notável marca de 430 sítios recuperados e documentados no Estado de Santa Catarina além de publicações em

92 revistas e jornais. Como já citado, concedeu diversas entrevistas para rádio e televisão, onde pôde divulgar resultados de suas pesquisas e estimular ações preservacionistas a massa populacional. Além de ser considerado o arqueólogo que mais escavou no Brasil (CARBONERA, 2006, p. 378), também pode ser considerado o arqueólogo mais lido no Brasil (SCHMITZ, 2009, p. 18).

Em sua atuação pela preservação da história da população de Santa Catarina, Pe. Rohr fundou o MHS, movimento que acompanha uma expansão de museus arqueológicos no Estado. Na década de 1960 é possível identificar a fundação das seguintes instituições voltadas para a guarda dos acervos arqueológicos; Museu Nacional de Imigração e Colonização, Museu Anita Garibaldi, Museu do Homem do Sambaqui, Museu Arquidiocesano Dom Joaquim, Museu do Colégio Dehon, Museu do Ginásio São João Batista, Coleção Teodoro Saade, Coleção Kurt Braunsburger, Coleção Jacob Andersen, Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville e o Museu Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina¹⁹ (PIAZZA, 1966, p. 460).

Como área do conhecimento ainda em desenvolvimento a época, a Arqueologia, ainda se limitava apenas a recolher seus achados. É possível identificar no trabalho do Pe. Rohr não apenas um estímulo a preservação dos sítios como também a sua guarda nos seus locais originários.

Os sitiantees recolhiam as peças mais expressivas e davam-nas de presente à primeira pessoa que nelas mostrasse algum interesse. Muitas vezes, quebravam as igaçabas e partiam os artefatos, para ver se continha ouro. Em vista disto e da grande abundância e variedade de material arqueológico que, aparecendo por tôda a parte, estava sendo destruído, delapidado e disperso, sem utilidade alguma, fizemos uma intensa campanha de esclarecimento, através de conferências e palestras radiofônicas e convencemos o povo e a Prefeitura Municipal da necessidade urgente de fundarem um Museu Arqueológico, ao qual fôsse recolhido todo o material encontrado nas roças, nos matos e nos pastos, para assim defenderem e conservarem o patrimônio cultural do município. Atravez do rádio instruímos o povo, sôbre a maneira mais segura de escavar uma igaçaba, atingida por um arado numa roça, sem partí-la (ROHR, 27/04/1966 a 01/06/1966).

Quando Cristiana Barreto (1999. p.203), afirma que a Arqueologia brasileira tem sido muito pouco brasileira, ela chama a atenção para o fato de a recuperação do patrimônio arqueológico não ser marcada pelo resgate a memória da identidade

¹⁹ Fundado em 1965 sob o nome de Instituto de Antropologia na Universidade Federal de Santa Catarina passa a se chamar Museu de Antropologia em 1970 para finalmente ser chamado de Museu Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina em 1978.

nacional e sim pela ruptura social que foi o extermínio indígena e a tentativa de construção de uma sociedade nacional branca e não indígena.

Falar em Arqueologia brasileira é falar nos povos indígenas, a maior parte dos achados são de origem pré-cabralina, nossa Arqueologia é basicamente uma Arqueologia de sociedades extintas. Identificar essa história não é apenas um processo de recuperação do passado, é atuar contra o processo de rejeição das raízes indígenas que não correspondem a ideia de história nacional. Frente a essa problemática qual deve ser o papel do museu?

Proteger sítios está além de proteger a cultura indígena, é uma legitimação do passado histórico e do pertencimento por meio da antiguidade de uma cultura. Cultura essa que vem sendo exterminada sob o discurso da modernidade versus atraso. Proteger o patrimônio arqueológico é assumir que os povos indígenas possuem uma riquíssima história. É afirmar que, apesar das tentativas de genocídio e etnocídio, aos povos tradicionais cabe muito mais um papel formador da nossa história contemporânea do que muitos gostariam de afirmar. O patrimônio histórico preservado gera reconhecimento.

Recuperar o patrimônio arqueológico sem o interesse em pesquisar é puramente acumular objetos unicamente pelo seu suposto caráter de unicidade e exotismo. A mesma prática que no século XVI era exercida para alimentar os gabinetes de curiosidade.

Sobre a história da Arqueologia no Brasil vale destacar que durante o período histórico do descobrimento é possível identificar relatos de cronistas onde o tema do patrimônio arqueológico brasileiro era abordado, porém não existia o reconhecimento da importância dos sítios arqueológicos por parte destes cronistas, muito menos do reconhecimento do próprio patrimônio de maneira geral; também inexistia a preocupação na realização de pesquisas sobre o tema sendo que havia a preferência em interpretações místicas e cristãs sobre os achados, projetos em que a curiosidade movia os interessados. Na era das expedições a especulação científica iluminista se baseava cada vez mais na etnologia e evidências arqueológicas para formular teorias sobre a origem das sociedades se afastando do modelo predatório do período cabralino.

Somente a partir dos anos 1870 uma perspectiva de pesquisa arqueológica institucionalizada foi inserida no Brasil, ação organizada pela elite intelectual brasileira interessada na construção de um movimento de cultura nacionalista, a era dos museus. Nesse cenário a criação de novos museus reflete esses novos ideais, o que impactou diretamente no desenvolvimento da Arqueologia e influenciou nos modelos de pesquisa científica do país.

O debate arqueológico à época, promovido por motivações nacionalistas, era o da origem dos povos indígenas com contextos raciais e evolucionistas. Debates que somente encontraram argumentos que os confrontassem após a Arqueologia surgir nas universidades brasileiras a partir dos anos 1940. Os primeiros e principais centros acadêmicos de arqueologia surgem no Brasil pautados pelo debate preservacionista frente a um patrimônio cada vez mais dilapidado.

O crescimento da comunidade arqueológica se dá por meio da organização de núcleos profissionais e dos congressos de arqueologia brasileira o que fomentou quantitativamente em pesquisas arqueológicas em território nacional. Se a década de 1960 é marcada na arqueologia como uma década revolucionária que finda no nascimento da Nova Arqueologia e, se tratando da América Latina em geral, em processos de articulação entre a Arqueologia e nas tradições marxistas das ciências sociais, em território brasileiro as décadas de 1960 e 1970 são marcadas pela baixa produtividade oriunda de uma falta de orientação teórica. Dotado de uma Arqueologia basicamente classificatória e descritiva os poucos temas abordados pelos pesquisadores brasileiros não chamaram a atenção da comunidade acadêmica global especializada. Cenário que se transforma a partir dos anos 1980 com uma segunda geração de arqueólogos com formação acadêmica especializada no Brasil onde novas abordagens, como a aproximação da antropologia social, mudaram os rumos acadêmicos para processos acadêmicos que proporcionaram uma nova dinâmica para o desenvolvimento da pesquisa arqueológica brasileira.

A crescente prática da arqueologia de contrato no Brasil é digna de atenção e cuidados. O arqueólogo atuando sob contrato de empresas privadas ou públicas e que desenvolve uma pesquisa contratual relevante aos impactos ambientais ocasionados por construções e edificações diversas. Sem medir nem comparar os diversos fatores favoráveis e os negativos dessa prática, é de se destacar o caráter

puramente classificatório e descritivo que ocorreu durante as décadas de 1960 e 1970.

Desta forma ao arqueólogo é conferido o poder de decidir e avaliar a importância do patrimônio arqueológico para a sociedade nacional ao selecionar o que é relevante ou não de ser preservado para a posteridade. Ignorar a possibilidade de grupos distintos interessados na manutenção de seus *status quo* e na permanência da sublevação de determinadas etnias não deve ser descartado uma vez que o patrimônio arqueológico é produtor de identificações que tornam sólidas interpretações do passado.

CONCLUSÃO

Em sua origem, a Antropologia está atrelada aos museus tradicionais, o museu autoproclamado portador de todo saber. Os desafios herdados pelos museus de arqueologia contemporâneos estão em não se tornarem um monumento aos mortos e serem capazes de fazer uso do patrimônio material como agregadores da cultura indígena, já que falar em Arqueologia brasileira é tratar direta ou indiretamente com os indígenas. Tendo em vista que as diferenciações em abordagem geram diferentes tipos de pesquisas e exposições, a relação museu e arqueologia provoca reflexões. Uma das quais gira em torno da representação dos grupos humanos e, portanto, dos povos indígenas, e a narrativa para a posteridade fruto das suas coleções.

Dos 450 museus intitulados antropológicos, integrantes do Guia dos Museus Brasileiros identifica-se uma multiplicidade de instituições, que divergem entre si em tamanho físico, tipo de gestão, agenda ou coleção, sendo que alguns desses sequer possuem acervo arqueológico (SOUZA, 2019, p.6). Mesmo que a tipologia do museu seja arqueológica, como o museólogo deve trabalhar esse universo complexo das representações é o que norteou esse trabalho.

Levando em consideração a bibliografia analisada proponho para novas pesquisas uma análise referente a inclusão dos povos indígenas no processo de musealização arqueológica. A proposta aqui apresentada possui o intuito de problematizar essa relação entre arqueologia e museologia, áreas com muito mais similaridades do que divergências.

A reflexão abordada por meio dessa problematização não é única, muito menos carente de pesquisadores e pesquisadoras interessadas no tema. Com este trabalho me proponho a inserir dados nessa discussão, com a intenção de enriquecer o tema acerca da atenção para os dados registrados referentes a coleções arqueológicas.

Partindo do ponto onde as coleções eram valorizadas pelo seu valor exótico e que essa valoração atua em prol da construção de pessoas semióforos (POMIAN), semelhante ao que ocorria no século XIX com a alimentação de gabinetes de curiosidade, defendo que museus de arqueologia mantem uma relação íntima com modelos tradicionais de museus quando sua museografia não se preocupa com a construção, fortalecimento ou proteção das comunidades indígenas representadas.

Cabe ao museu, na função de salvaguarda de um item que representa uma sociedade, o cuidado não apenas com a coleção recolhida mais com a comunidade da qual ela serve. Reconhecendo-se que ao papel do museu nessa equação é o de diálogo e comunicação e não o de posse e controle.

A partir desta pesquisa foi possível reconhecer que o trabalho de pesquisa do Pe. Rohr foi elaborado da maneira mais inclusiva possível, no que se refere as comunidades relacionadas aos seus achados arqueológicos, a época de sua escrita. Porém, falar da coleção arqueológica do Pe. Rohr é ir além de seus numerosos itens, é lidar com narrativas e suas noções de poder que afetam as comunidades indígenas brasileiras.

O reconhecimento contemporâneo do papel fundamental dos povos originários permeia pela discussão sobre os povos pré-cabralinos, o processo de formação social e cultural brasileiro tende a negligenciar a participação cultural desses povos em prol de uma suposta herança europeia.

É preferível o imaginário fantástico e exótico desses povos, o que fomenta em distanciamento e intolerância além de refletir os preconceitos culturais e científicos baseados em uma noção cientificista. Tendo base desse argumento, o museu como detentor de objetos e promulgador de falas possui as ferramentas para aproximar os laços da população brasileira por meio do objeto material.

Tendo em vista a reapropriação de espaços de memória por seus construtores, como um local físico dotado de reconhecida importância ao saber e a

cultura, com poder para legitimar discursos por meio de suas coleções a ideia de museus que legitimam não apenas a cultura indígena, mas também seus territórios fazendo uso de seus espaços físicos, me salta aos olhos. Ou seja, se um museu legitima uma narrativa por meio de suas coleções ele também poderia legitimar o respeito a um território por meio de seu acervo? Se considerarmos como os museus europeus são geridos para construir a noção de civilidade superior podemos chegar à conclusão que sim.

A essa abordagem crítica, que visa a consciência do outro representado, neste caso o indígena, no bem material exposto em museus, é denominada de etnomuseologia (SHEPARD, 2017) e que consiste em uma reflexão sobre os processos culturais que contextualizam uma determinada coleção e que atribui significados aos objetos mediante as relações com os povos representados com direta participação dessas sociedades.

Porém, esse estudo seria um recorte contemporâneo, onde a participação dos povos ameríndios seria presente e concreta. Algo que nem sempre será possível quando nos referimos as sociedades pré-cabralinas. Como dinamizar relações quando tratamos de povos já extintos?

A contextualização do acervo arqueológico se dá por meio de estudo, pesquisa e essencialmente a colaboração com os povos indígenas, onde uma documentação concisa refletirá em uma curadoria melhor apresentada. A proposta é fortalecer os diálogos entre dois mundos por meio do objeto material e confrontar o projeto que silencia a participação indígena na historicidade brasileira.

Como estruturas físicas de poder, os museus corroboram com a construção social da cultura e tendo em vista que o acesso à cultura é um privilégio produzido, o papel do museu é ser intermediário na interlocução onde o acervo possui papel central na discussão, onde a perspectiva indígena seria exposta para repensar o papel institucional.

As tensões existentes nas atuais comunidades indígenas podem ser minimizadas frente a uma orientação da documentação museológica que vise aproximar as estas comunidades do passado e do presente por meio da contextualização das coleções. Para isso teríamos no diálogo constante, um formador da contextualização das coleções arqueológicas, sem o qual teremos o

risco de questionar a “autenticidade” de um objeto, já que, uma vez deslocado estaria “vazio” de significados. Portanto, se um objeto, ou uma coleção, não é valorizado pelo seu valor documental e conseqüentemente concreto, ele passa a ser valorizado por um valor abstrato e especulativo.

A proposta aqui apresentada é uma defesa da revisão do olhar do museu arqueológico que serve a uma população majoritariamente não indígena pra um museu arqueológico que trate o indígena não como objeto estático e sem vida de sua coleção, mas como um meio de fortalecer e garantir os direitos constitucionais as comunidades impactadas direta ou indiretamente nas práticas excludentes da sociedade brasileira.

Sob a perspectiva do aspecto da permanência da cultura material, que é um dos princípios da museologia, proponho a discussão do tratamento documental museológico de coleções arqueológicas. Essa discussão reverbera na musealização dos objetos, como registros da humanidade e da sua história, a documentação a ser tratada para uma contextualização arqueológica se refere a toda documentação que ofereça carga informativa ao objeto e que por sua vez tenha relevância não apenas de consulta, mas que atue no fortalecimento das comunidades humanas e no pertencimento histórico de grupos humanos.

Os vestígios da produção humana atendem a propósitos culturais e não aleatórios (MENESES, 1983), portanto, encara-los apenas como um produto seria errôneo. A cultura material representa o fenômeno dos valores sociais (MENESES, 1983) e por isso sua preservação se faz urgente como o patrimônio que é. Os objetos arqueológicos, como suportes informacionais são geradores de conhecimento de relevância multidisciplinar.

Lidar com a memória, outro pilar da Museologia, também é essencial para Arqueologia; meios para a gestão do processo de memória são fundamentais em ambas as áreas. Uma gestão dessa memória que lide com o objeto apenas pela sua materialidade não o preserva em sua totalidade, cria um objeto deslocado do grupo humano originário que orbita em narrativas contemporâneas com foco institucional e que renegam o papel coletivo dos grupos humanos.

Como um fenômeno construído do presente as coleções e as narrativas provenientes são dotadas de relevância social uma vez que possuem a capacidade

de dar visibilidade a grupos sociais do passado que refletem na memória social de grupos no presente. O território possui um papel essencial na musealização arqueológica e desvincula-lo do processo museal é ceder a um movimento que valoriza o território somente pelo viés econômico do licenciamento ambiental.

No contexto atual o eixo Museologia-Arqueologia possui propostas que aplicadas sob a ótica da preservação do patrimônio dispõem de características potencializadoras do território, propostas de caráter político que aproximam as comunidades do patrimônio e do bem material para atuarem no entendimento da realidade arqueológica por meio do diálogo oferecido pela museologia. A contextualização integra segmentos sociais e possui ferramentas que atuam na proteção das narrativas dos grupos humanos frente a uma espoliação constante e violenta de seus territórios.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **“Ciência da informação como campo integrador para as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia”**. In: Revista Informação & Informação v. 15 n.1, Londrina -PR. 2010.

BALLARDO, Luciana Oliveira Messeder. MILDNER, Saul Eduardo Seiguer. **Gestão de sítios arqueológicos através da documentação museológica do acervo**. In: Cadernos de Memória e Patrimônio – Ano 1, n.0. p. 10-20, 2016.

BARRETO, Cristiana. **Arqueologia brasileira: uma perspectiva histórica e comparada**. In: Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, Suplemento 3: 201-212, 1999.

BARRETO, Regiane Gambim. **Da Gestão do Patrimônio Arqueológico, à Gestão do Território, com recurso a Sistemas de Informação Geográfica no Brasil**. Dissertação de Mestrado em Técnicas de Arqueologia. Escola Superior de Tecnologia de Tomar. Portugal. 2019

BELLAIGUE, Matilde. **Memória, Espaço, Tempo, Poder**. Trad. Tereza Scheiner. In: Museologia e Patrimônio vol.2 no. 2, p.87-90. Rio de Janeiro.2009.

BEZERRA, A. Aimée. **MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: A História oral como forma de preservação da Identidade Cultural**. 2012.

BOTALLO, Marilúcia. **A gestão documental do patrimônio arqueológico e etnográfico**. In: Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 6: p.287-292, 1996.

BRULON, Bruno. **Patrimônio íntimo: a experiência do autêntico nas artes primeiras**. In: Museologia e Interdisciplinaridade Vol. IV, nº 8, Brasília, dez. 2015.

BRULON, Bruno. **Os objetos de museu, entre a classificação e o devir**. In: Inf. & Soc.:Est., João Pessoa, v.25, n.1, p. 25-37, jan./abr. 2015b.

BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. **Musealização da Arqueologia: Caminhos percorridos**. In: Revista de Arqueologia v. 26/27 n. 2/1 (2013/2014), 4 – 15. São Paulo – SP. 2014.

BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. **Museus de Arqueologia: uma história de conquistadores, abandono e mudanças**. In: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia n. 6, São Paulo: MAE-USP, 1996, p. 293- 313.

BUCKLAND, M.K. **“Information as thing”**. JASIS, v.42, n.5, p.351-360, June 1991.

CÂNDIDO, Maria Inez. **Documentação Museológica**. In: Caderno de diretrizes museológicas. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006, p.31-90.

CARBONERA, Miriam. **“Assim se fazia arqueologia: entrevista com o arqueólogo Pedro Ignacio Schmitz”**. *Cadernos do CEOM-Chapecó*: Argos, vol. 19, nº24, p. 369-393, 2006.

CHAGAS, Mário. **Memória e poder: dois movimentos**. In: *Cadernos De Sociomuseologia*, v. 19 n.19. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa. Portugal. P. 43-81. 2003.

CHAUÍ, Marilena. **“Mito Fundador e Sociedade Autoritária”**. Segunda edição. SP. Perseu Abramo. 2001.

COMERLATO, Fabiana. **O LEGADO DO PE. JOÃO ALFREDO ROHR S. J.: REFLEXÕES SOBRE SUA TRAJETÓRIA NA ARQUEOLOGIA BRASILEIRA**. In: *Revista de Arqueologia Pública*, No. 10, p. 9-24, São Paulo, dez. 2014.

COUZINET, Viviane. 2009. **“Complexidade e Documento: a hibridação das mediações nas áreas em ruptura”**. *RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação Informação e Inovação em Saúde*, 3(3):10-16.

CRUZ, Alfredo Bronzato da Costa. **“O cotidiano e a prática arqueológica do Pe. João Alfredo Rohr em um conjunto de cartas com o antropólogo Luiz de Castro Faria”**. In: *Revista Mosaico*, v. 5, n. 2, p. 137-157, jul./dez. 2012.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos chave de museologia**. São Paulo: ICOM, 2013, 69 – 72.

FERREZ, Helena Dodd. **Documentação Museológica - Teoria para uma Boa Prática**. in - IV Fórum de Museus do Nordeste, Recife. 1991.

FOSSARI, Teresa. **O legado do arqueólogo Pe. João Alfredo Rohr**. In: *Encontros Teológicos*, n. 31, Ano 16, n. 2, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. Serie Princípios, Editora Ática. São Paulo, 1988. 85p.

GUARNIERI, Waldisa Russo. **Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação**. In: *Cadernos Museológicos*, n.3, p.7, 1990.

LEAL, Ana Paula da Rosa. **Arqueologia, Museologia e Conservação: Documentação e Gerenciamento da Coleção proveniente do Sítio Santa Bárbara (Pelotas-RS)**. 2014. 120f. Dissertação – Programa de pós-graduação em Antropologia. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. In: *ENCICLOPÉDIA EINAUDI: História e Memória*. 4.ed. Campinas: Unicamp, 462 – 473. 1996.

LIMA, Tania Andrade. **Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais**. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.-abr. 2011.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus; LOUREIRO, José Mauro Matheus. **“Documento e musealização: entretecendo conceitos”**, *MIDAS* [Online], 1 | 2013, posto online no dia 01 abril 2013, acesso em 18 DEZ 2020. URL: <http://journals.openedition.org/midas/78> ; DOI : 10.4000/midas.78

MELLO, Janaina Cardoso. **Arqueologia e musealização in situ: Das pedras às pessoas**. In: Revista Horizonte de la Ciencia 5, p.27-37. Espanha. 2015.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **“Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público”**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 11(21):89-104. 1998.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **A cultura material no estudo das sociedades antigas**. In: Revista de História n. 115; USP. 103 – 117. 1983.

MURGUIA, E. I. **Percepções e Aproximações do Documento na Historiografia, Documentação e Ciência da Informação**. InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 42-53, 2011. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v2i2p42-53. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42350>. Acesso em: 2 fev. 2021.

NASCIMENTO, Rosana do. **O objeto museal, sua historicidade: implicações na ação documental e na dimensão pedagógica do museu**. Tese. In: Cadernos de Sociomuseologia v. 11 n. 11 (1998).

NORA, Pierre. **Entre memória e História a problemática dos lugares**. In: Les lieux de mémoire I La République, Paris, Gallimard, 1984, pp XVIII – XLII. Tradução: Yara Aun Khoury. São Paulo. 1993.

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo**. In: Coleção Estudos Museológicos, v.2. Florianópolis: FCC, 2014.

PINHEIRO DA SILVA, R. C. **Os Desafios da Proteção Legal: Uma Arqueologia da Lei 3.924/61**. In Andrade, T. (Org.) Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Patrimônio Arqueológico: O desafio da preservação. Nº 33. Brasília, DF. P.59-74. 2007.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POMIAN, K. **Coleção**. In: Enciclopédia Einaudi. ROMANO, R. (Dir.). Porto: Imprensa Oficial/Casa da Moeda, 1984. (Memória-História, v. 1).

RAPOSO, Luís. **Museus de arqueologia e sítios arqueológicos musealizados - identidade e diferença**. In: O arqueólogo português, série IV, 17, p.51-72, Portugal, 1999 (ed. 2001).

REIS, Maria José; FOSSARI, Teresa Domitila. **“Arqueologia e preservação do patrimônio cultural: a contribuição do Pe. João Alfredo Rohr”**. In: *Cadernos do CEOM* – Ano 22, n. 30 – Políticas públicas: memórias e experiências, p. 265-293, 2009.

RENAULT, Leonardo Vasconcelos. ARAUJO, Carlos Alberto Ávila. **O ato colecionador: uma visão a partir das disciplinas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia**. In: Revista ACB, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 79-92, mar./ago. 2015.

RIBEIRO, Maria do Carmo Franco. **A Arqueologia e as Tecnologias de Informação. Uma Proposta para o Tratamento Normalizado do Registo Arqueológico**. Tese. Universidade do Minho Braga, 2001.

ROHR, João Alfredo. **Relatório da Viagem de Prospeção de Sítios Arqueológicos no Município de Itapiranga, Oeste Catarinense (Fronteira com a Argentina)**. De 27/04/1966 a 01/06/1966.

RUSSI, Adriana. ABREU, Regina. **Museologia colaborativa: diferentes processos nas relações entre antropólogos, coleções etnográficas e povos indígenas**. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 25, n. 53, p. 17-46, jan./abr. 2019.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **“João Alfredo Rohr: Um jesuíta em tempos de transição”**. In: *Pesquisas, Antropologia* N° 67: 09-22 São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 2009.

SHAPIRO, Roberta. **O que é ratificação**. Tradução do original *Qu'est-ce que l'artification?* por Ana Liési Thurler e revisão de Marisa Liebaut. In: Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 1, p. 135-151, jan./abr. 2007

SHEPARD JR., Glenn H.; LÓPEZ GARCÉS, Claudia Leonor; ROBERT, Pascale de; CHAVES, Carlos Eduardo. **Objeto, sujeito, inimigo, vovô: um estudo em etnomuseologia comparada entre os Mebêngôkre-Kayapó e Baniwa do Brasil**. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 12, n. 3, p. 765-787, SET.- DEZ. 2017.

SILVA, Catarina E. F. da. LIMA, Francisca H. B. **A preservação dos registros documentais de Arqueologia**. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: Iphan. n. 33, p. 275-288, 2007.

SOUSA, Alfredo Mendonça de. **O ensino da arqueologia no Brasil**. Ms, Centro de Informação Arqueológica, Rio de Janeiro. 1972.

SOUZA, Diogo Henrique Cruz. **Do belo ao exótico: objetos arqueológicos descontextualizados em museus.** 2019.

SOUZA, Margareth de Lourdes. “**Pe. João Alfredo Rohr no cenário arqueológica de Santa Catarina – a doação de peças arqueológicas a Academia Nacional da Policia Federal, em Brasília e o Inventario das peças arqueológicas**” In: Coleção Arqueológica Pe. Joao Alfredo Rohr em Brasília. Brasília. Iphan. p. 29-113, 2018.

TAMANINI, Elizabete. **Museu Arqueológico de Sambaqui: um olhar necessário.** 1994. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1994.

UNESCO-ICOM. **Código de Ética do Icom para Museus.** 21ª Assembleia Geral realizada em Seul, Coreia do Sul, 8 de OUT de 2004

ANEXOS

ANEXO A – TABELA COM INVENTÁRIO DAS PEÇAS DOADAS EM 1977

Tabela 1: Inventário das peças remetidas em 1977, realizado pela SE Iphan-DF

Seq.	Qty.		Marcação na peça	Estado de Conservação/Fotografias/2016
1	1	Amolador, triturador de matéria corante – lítico	Sambaqui do Porto Vieira Jaguaruna 1976	Marca de uso. Com etiqueta adesiva na peça Fotos nº 179 e 180
2	1	Pedras com covinhas – lítico	Sambaqui da Jaboticabeira – Jaguaruna 1977. Pedras com covinhas	Fotos nº 184 e 185
3	1	Batedor com depressão semiesférica – lítico	Sambaqui da Jaboticabeira – Jaguaruna 1977	Fotos nº 186 a 191
4	1	Batedor, com marca de sulco	Sambaqui da Jaboticabeira – Jaguaruna 1977	Fotos nº 186 a 191
5	2	Vasos cerâmicos fragmentados	Sem numeração, apenas indicação no papel de embrulho da peça	Coletado na Ilha de Marajó-PA, com resquícos no interior Fotos nº 218 a 224 e 225 e 226
6	1	Vaso cerâmico inteiro – decorado	Sem numeração, apenas indicação no papel de embrulho da peça	h: 9,5 cm, d: 7,0 cm Fotos nº 217 a 222
7	1	Adorno em pedra, com sulco de amarração	Armação do Sul	Presença de fungo. Fotos nº 205 e 206; Fotos nº 258 a 263
8	2	Artefatos – esferas – lítico	Sambaqui Galheta II – Laguna	Fotos nº 207 e 208
9	1	Percutor – lítico	Base Aérea de Florianópolis 1958	Fotos nº 192, 193 e 194
10	1	Percutor – lítico	Base Aérea de Florianópolis 1977	Fotos nº 192 e 195
11	1	Lâmina de machado polido/lascado – lítico (desgastado)	Praia das Laranjeiras – Balneário Camboriú 1977	Fotos nº 197, 198 e 199
12	1	Artefato com corante – lítico	Sambaqui da Jaboticabeira – Jaguaruna-SC	Fotos nº 197, 200 e 201
13	1	Boleadeira – lítico	RS	Foto nº 202
14	1	Fragmento de cerâmica pintada (Guarani)	Sem numeração, apenas indicação no papel de embrulho da peça	Pintura vermelha (geométrica) sob engobo branco Fotos nº 211 e 212
15	1	Fragmento de cerâmica decorada	Sem numeração, apenas indicação no papel de embrulho da peça	Decoração plástica do tipo escovada
16	1	Fragmento de cerâmica decorada	3 fragmentos remontáveis	Decoração plástica unglada e ponteadada Fotos nº 215 e 216
17	3	Conchas de gastrópodes	Sem numeração, apenas indicação no papel de embrulho da peça	Presença de cola na parte inferior Fotos nº 58, 60 e 61
18	9	6 otólitos; 2 dentes grandes e 1 dente pontudo	Sem numeração, apenas indicação no papel de embrulho da peça	Fotos nº 228 a 230
Total	30			

Fonte: Coleção Arqueológica Pe. João Alfredo Rohr no Distrito Federal, p.58.

ANEXO B – TABELA COM AS PEÇAS DOADAS EM 1981

Tabela 2: Listagem das peças remetidas em 1981 – Ofício nº 1.497/162/GSR/SC, de 18 de setembro de 1981

1	Crânio com mandíbula de um sambaqui da Ilha de S. Catarina (Coleção Carlos Berenhauser) nº 108
2	Amostras ossadas de mamíferos (restos de cozinha) do Sambaqui da Praia das Laranjeiras – Balneário Camboriú-SC
3	Fragmento de calota craniana de um esqueleto de sambaqui, mostrando a espessura das ossadas
4	Colar de seis dentes perfurados de mamíferos, associado ao sepultamento nº 43. Sambaqui Praia das Laranjeiras – Balneário Camboriú-SC
5	Colar de rodela perfuradas, cortadas de casca de moluscos, associado ao sepultamento nº 161. Praia da Tapera – Ilha de Santa Catarina – Florianópolis – nº 0 B 15 e 0B 16*
6	Sete pontas de flecha de ossos de aves, cortados longitudinalmente. Praia das Laranjeiras – Balneário Camboriú-SC – nº 6H 8 (adorno); 6H 9; 6H 9; 6H 9; 6H 9; 6H 9; 6H 9; 6H 9; MR; O A 13 e 6H 8; 1 artefato sobre dente de tubarão – 8 peças + 01:09
7	Dois pontas de esporão de Bagre – Praia das Laranjeiras – Balneário Camboriú-SC. nº MA e OUA 15
8	Pedra corante da Praia das Laranjeiras – Balneário Camboriú-SC
9	Peso de rede – Sambaqui Praia das Laranjeiras – Balneário Camboriú-SC. nº O OAB 13
10	Machado semipolido – Sambaqui do Cabo de Santa Marta – Laguna-SC
11	Machado semipolido de diabásio – Sambaqui da Jaboticabeira – Jaguaruna-SC
12	Abridores de Conchas – Sambaqui Praia das Laranjeiras – Balneário Camboriú-SC. nº II 2H 1; 3C 7; 00B 13 e 6B 11
13	Artefato de diabásio de funções múltiplas – Sambaqui da Jaboticabeira – Jaguaruna-SC
14	Amolador de diabásio, associado ao sepultamento nº 102 – Sambaqui Praia das Laranjeiras – Balneário Camboriú-SC
15	Batedores ou martelos de diabásio – Sambaqui Praia das Laranjeiras – Balneário Camboriú-SC. nº 2J 6 e II 3J 8
16	Dois machadinhas de diabásio. Sambaqui Praia das Laranjeiras – Balneário Camboriú-SC. nº II 4G 10 e I 4H 8
17	Três tembetás ou adornos labiais. Sambaqui Praia das Laranjeiras – Balneário Camboriú – SC. nº 3J 8; B 16 e 6H 8
18	Amuleto de lâmina de diabásio perfurada – Sambaqui Praia das Laranjeiras – Balneário Camboriú-SC
19	Mão de pilão dos índios Kaingang do planalto catarinense – Urubici-SC
20	Picão de diabásio vermelho. Vale do Rio Uruguai-SC (Cultura Alto-parananense) – SC-U-21 195
21	Raspador de diabásio vermelho. Vale do Rio Uruguai-SC (Cultura Alto-parananense) – SC-U-5 279
22	Machado curvo bumerangoide de diabásio vermelho. Vale do Rio Uruguai-SC (Cultura Alto-parananense) – SC-U-23 440
23	Faca de diabásio vermelho. Vale do Rio Uruguai-SC (Cultura Alto-parananense) – nº SC-U-23 MR 450
24	Serrote de diabásio vermelho. Vale do Rio Uruguai-SC (Cultura Alto-parananense) – nº SC-U-10 352
25	Picareta de diabásio vermelho. Vale do Rio Uruguai-SC (Cultura Alto-parananense) – nº SC-U-7 402
26	Sete fragmentos de cerâmica marajoara – Ilha de Marajó-PA
27	Cerâmica incisa ponteadada neobrasileira – Tapera – Ilha de SC – nº 251
28	Cerâmica unglada dos sambaquis – Jaguaruna-SC
29	Quatro cacos da cerâmica ponteadada dos sambaquis – Jaguaruna-SC
30	Cerâmica pintada de vermelho por fora e com engobo branco por dentro – Ilha de SC
31	Quatro cacos de cerâmica guarani com pintura vermelha sobre engobo branco – Ilha de SC
32	Cerâmica guarani corrugada – Ilha de SC
33	Cerâmica guarani corrugada-espatalada – Ilha de SC – nº 405 e 120
34	Cerâmica guarani corrugada – Ilha de SC – nº 291 e 443

*Inserção do número das peças pelo Iphan-DF. Fonte: Processo Iphan-DF nº 01551.000107/2016-50.

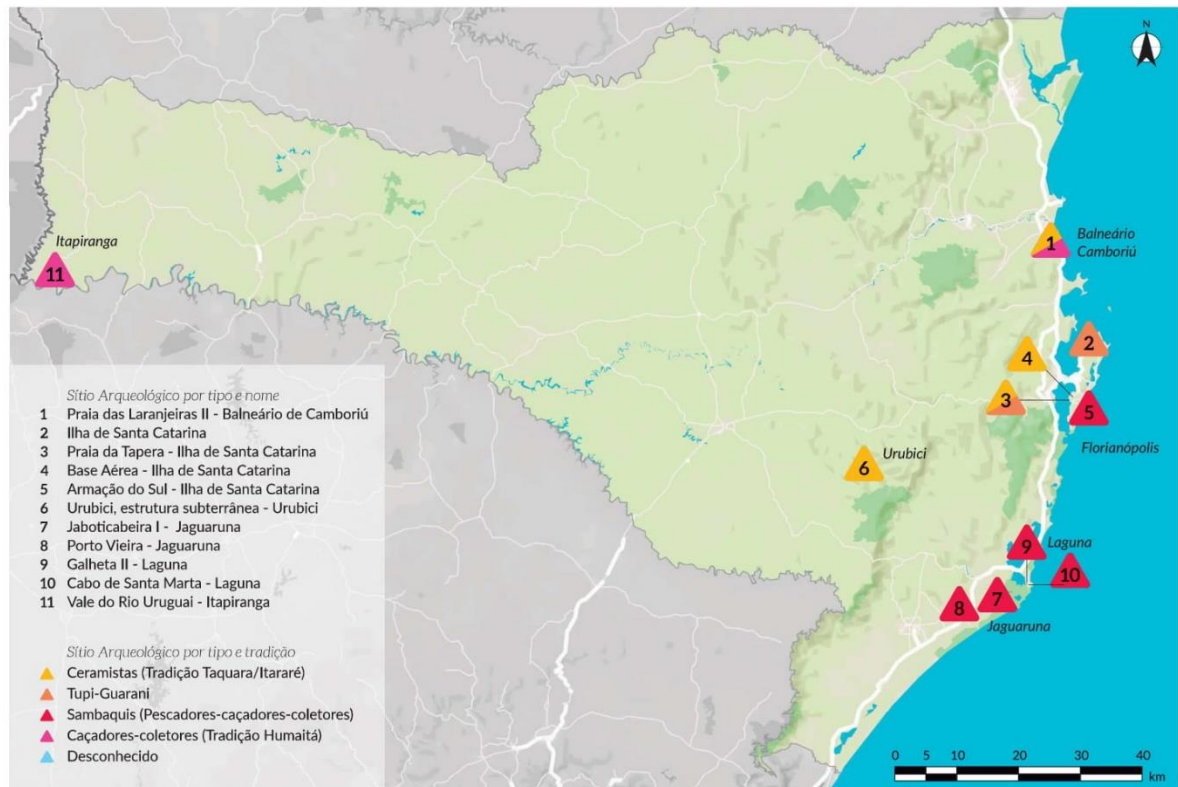
Fonte: Coleção Arqueológica Pe. João Alfredo Rohr no Distrito Federal, p.59

ANEXO C – LOCALIZAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS COM ACERVO DA COLEÇÃO DO PE. ROHR DOADA A ANP

Localização dos sítios arqueológicos com acervo da *Coleção Arqueológica Pe. João Alfredo Rohr em Brasília*: municípios de Florianópolis, Balneário Camboriú, Jaguaruna, Laguna, Urubici e Itapiranga, estado de Santa Catarina.

Elaboração: Gabriela Santana do Vale

Base Cartográfica: <https://www.mapbox.com/>



Fonte: Coleção Arqueológica Pe. João Alfredo Rohr no Distrito Federal, p.61.